

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES
Relatório Final

Relator: Deputado Guilherme da Cunha

Aprovado na Comissão Extraordinária das Privatizações em 14/12/2022

Belo Horizonte
2022

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES

Comissão extraordinária com a finalidade de fomentar debates relativos aos requisitos constitucionais e legais exigidos para a adoção de privatizações pelo Estado; apurar e debater as vantagens e as desvantagens da adoção da privatização como forma de melhoria da situação econômico-financeira do Estado de Minas Gerais; analisar outros procedimentos capazes de potencializar a recuperação e a retomada do crescimento econômico; e identificar e discutir os impactos econômicos e financeiros ocasionados pela privatização no âmbito estadual, tanto de forma direta como de forma indireta.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA COMISSÃO.....	5
3. INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA.....	11
4. RESUMO DAS REUNIÕES.....	17
5. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES.....	77
6. ANEXO I – RELATÓRIO DE VISITA.....	81
7. ANEXO II – REQUERIMENTOS DA COMISSÃO.....	84

1. INTRODUÇÃO

Em decisão de 1º/6/2021, publicada em 2/6/2021, no *Diário do Legislativo*, a Mesa da Assembleia Legislativa decidiu criar a Comissão Extraordinária das Privatizações, de acordo com o disposto nos arts. 74, 79, I, e 115-A, § 1º, II, do Regimento Interno. Justificou essa decisão considerando serem necessários o estudo e a busca de programas de governo capazes de concorrer para o saneamento das finanças públicas do Estado de Minas Gerais; que alguns dos programas comumente utilizados pela União, por estados e por municípios para o ajuste das finanças públicas transferem à iniciativa privada atividades exploradas pelo poder público, fenômeno conhecido como privatização de empresas estatais; que a privatização consiste na alienação, pelo Estado, de direitos que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; que essa retirada do poder público do controle acionário de uma empresa estatal é consequência de uma política pública que deve ser autorizada pela Assembleia Legislativa, em previsão legal, fixando-se, objetivamente, os parâmetros a serem seguidos; que é imperiosa a elaboração de estudo técnico complexo e interdisciplinar, capaz de viabilizar o levantamento de dados e informações relevantes para a aferição da conveniência da privatização e para subsidiar futuras deliberações do processo legislativo sobre programa de desestatização; que é indispensável avaliar a conveniência, para o Estado, da privatização de empresas estatais em razão dos impactos que a desestatização poderá causar à economia e às finanças públicas, especialmente daquelas empresas que possuam faturamento relevante; e que é importante ser feito um amplo debate com a sociedade sobre as privatizações, especialmente acerca de seus requisitos legais e aspectos meritórios de sua conveniência e oportunidade.

Estipulou, ainda, a vigência da comissão, de um ano, prorrogável uma vez por igual ou menor período, nos termos do inciso I do § 3º do art. 115-A do Regimento Interno. Posteriormente, Decisão da Presidência, de 28/6/2022 determinou sua prorrogação até o término desta legislatura.

A Decisão da Mesa que criou a comissão definiu que ela apresentará à Mesa da Assembleia este relatório final de suas atividades, nos termos do § 5º do art. 115-A do Regimento Interno.

2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA COMISSÃO

A composição parlamentar da comissão foi definida conforme disposto abaixo.

Quadro 1 – Composição da Comissão

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Coronel Sandro (presidente)	Braulio Braz
Bruno Engler (vice-presidente)	Osvaldo Lopes
Betão	Beatriz Cerqueira
Duarte Bechir	Rafael Martins
Guilherme da Cunha	Laura Serrano

A comissão realizou sua primeira reunião em 24/6/2021. Desde então, foram realizadas 31 reuniões para discussão de assuntos internos e votação de proposições da comissão, das quais 25 foram audiências públicas e ainda uma visita técnica. A comissão participou, ainda, de reuniões no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as quais, devido à sua dinâmica própria, não serão tratadas aqui. Foram aprovados também 71 requerimentos de diversas naturezas, que se encontram relacionados individualmente em anexo deste relatório. Os resumos das reuniões da comissão constituem o item 4 deste relatório.

Quadro 2 – Eventos realizados pela Comissão Extraordinária das Privatizações

Data	Local	Tipo de Evento	Finalidade
24/6/2021	Auditório	Reunião Especial	Eleger o presidente e o vice-presidente.
8/7/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão.
15/7/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater, com o professor Sérgio Lazzarini, a experiência brasileira e as perspectivas do processo de privatização no País.
5/8/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater, com José Salim Mattar Júnior, o processo de privatização no Brasil, suas potencialidades e desafios.

Quadro 2 – Eventos realizados pela Comissão Extraordinária das Privatizações

(cont.)

Data	Local	Tipo de Evento	Finalidade
12/8/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão.
19/8/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater os impactos, para o fluxo financeiro do Estado, do aporte de recursos oriundos de possível venda da Codemig.
25/8/2021	Externo	Visita	Visitar a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, com a finalidade de obter informações sobre a atuação da Codemig e o seu processo de privatização.
16/9/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater com Maria Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas, as atribuições desta Casa relativamente ao processo de desestatização estadual, bem como as recomendações, feitas por esse órgão e pelo Ministério Público Federal, relativas à desestatização da Codemge e da Codemig.
20/9/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater, com o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio de Avelar, o planejamento, as perspectivas e os desafios do processo de privatizações em Minas Gerais, bem como seus reflexos econômicos e financeiros sobre o Estado.
29/9/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater o processo de desestatização de aeroportos atualmente administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – e suas repercussões para o Estado.

Quadro 2 – Eventos realizados pela Comissão Extraordinária das Privatizações
(cont.)

Data	Local	Tipo de Evento	Finalidade
7/10/2021	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater o atual estado do fornecimento de energia elétrica em Minas Gerais, a adequação da

			oferta e as perspectivas de ampliação da geração e os diferentes modelos de fornecimento de energia elétrica oferecidos no Brasil e no exterior.
14/10/2021	Auditório José Alencar	Reunião Extraordinária	Debater as atuais condições da empresa Unitec Semicondutores, sua situação financeira e as repercussões dessa situação para o patrimônio público, com a presença do diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Sérgio Gusmão Suchodolski.
28/10/2021	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater as atuais condições da empresa Oxis Brasil, sua situação financeira e as repercussões dessa situação para o patrimônio público, com a presença do diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge, Thiago Coelho Toscano.
2/12/2021	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater o atual diagnóstico das operações da Gasmig no Estado, incluindo cronograma de investimento, com a presença da Gasmig, da Fiemg e das empresas consumidoras de gás natural.
15/2/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater as concessões rodoviárias no Estado e seu planejamento para o futuro com a presença de representantes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e do setor produtivo.
24/2/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater e analisar, junto à Copasa, à Arsae e ao Instituto Trata Brasil, o atual diagnóstico do saneamento básico no Estado e sua necessidade de expansão e de investimentos.

Quadro 2 – Eventos realizados pela Comissão Extraordinária das Privatizações
(cont.)

Data	Local	Tipo de Evento	Finalidade
3/3/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater a Lei Federal nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, suas repercussões e as possibilidades de atração de investimentos para o setor elétrico

			no Estado.
10/3/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater o processo de concessão do sistema rodoviário da BR-381/262/MG/ES.
24/3/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater a situação atual e as perspectivas da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas, bem como o processo para sua possível desestatização.
31/3/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater o Projeto de Lei Federal nº 591/2021, que modifica o marco regulatório do sistema postal e autoriza sua desestatização.
13/4/2022	Plenarinho II	Reunião Extraordinária	Debater com a economista e consultora Elena Landau o processo de privatizações ocorrido na década de 1990 e suas lições para o presente.
27/4/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater o processo de concessão do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip – e dos Terminais Metropolitanos e Estações de Transferência – Move – da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
11/5/2022	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater o suposto processo de privatização do ensino médio no Estado

Quadro 2 – Eventos realizados pela Comissão Extraordinária das Privatizações
(cont.)

Data	Local	Tipo de Evento	Finalidade
17/5/2022	Plenarinho II	Reunião Extraordinária	Debater o processo de desestatização das economias brasileira e mineira e o papel do setor privado nesse processo, bem como sua importância e contribuição para o desenvolvimento do Estado, com a participação da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas –, e da

			Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FCDLMG.
24/5/2022	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater o Programa de Concessão de Parques Estaduais – Parc.
1º/6/2022	Auditório	Reunião Extraordinária	Debater o processo de desestatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro, com a participação de pessoas ligadas ao referido estado e ao BNDES e de autoridades públicas mineiras.
8/6/2022	Auditório José Alencar	Reunião Extraordinária	Debater, com a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia, a atual situação das empresas estatais brasileiras no que tange à desestatização, com destaque para a análise comparativa do universo das empresas privatizadas e os efeitos decorrentes da privatização, bem como as organizações que não foram objetos de privatização.
10/6/2022	Auditório José Alencar	Reunião Extraordinária	Debater a participação da iniciativa privada e do Estado Brasileiro na indústria bélica e os processos de desestatização, participação no capital, fomento, compras públicas e regulação do setor.

Quadro 2 – Eventos realizados pela Comissão Extraordinária das Privatizações
(cont.)

Data	Local	Tipo de Evento	Finalidade
28/6/2022	Auditório	Reunião Extraordinária	Apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão.
4/8/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Debater a política de gestão habitacional da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais na Região de Teófilo Otôni e suas repercussões e seus impactos para a comunidade local.
13/12/2022	Plenarinho IV	Reunião Extraordinária	Apreciar o relatório final das atividades da comissão e receber, discutir e votar proposições.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA

Conforme exposto, a comissão foi criada com a finalidade de fomentar debates relativos às privatizações. Dessa forma, é importante apresentar informações sucintas, que sirvam de subsídio para o entendimento do tema.

Ao se tratar de privatização, um marco temporal importante é o século XIX. Ele marca a disseminação do chamado crescimento econômico moderno, pela Europa e pelos Estados Unidos. É interessante notar que, nesse contexto, a atividade econômica é basicamente privada. Mesmo atividades que hoje contam, ou contaram até recentemente, com a participação estatal, eram realizadas principalmente por empresas privadas. Entre elas estão ferrovias, geração e distribuição de eletricidade, iluminação pública, transporte público — os chamados serviços de utilidade pública. Ainda que imperfeitamente, esses serviços se expandiram de forma acelerada, trazendo qualidade de vida até então inédita para importantes segmentos da população mundial.

Mesmo no Brasil, cujo crescimento econômico sustentado começa com um século de atraso em relação à Europa e aos Estados Unidos, registra-se importante crescimento econômico a partir da década de 1880 – basicamente apoiado na iniciativa privada. O período que vai de 1880 a 1930 é marcado por grande expansão das ferrovias, de geração e distribuição de energia elétrica e de outros serviços de utilidade pública, bem como pelo início da instalação da indústria pesada, por meio de capitais privados, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

A Primeira Guerra Mundial, logo seguida pela Grande Depressão da década de 1930 e, por fim, a Segunda Guerra Mundial, porém, resultam em significativo impacto sobre a atuação da iniciativa privada. A Grande Depressão, em especial, interpretada à época como uma crise causada por profundas falhas no mecanismo de mercado, faz com que a defesa da intervenção do Estado na economia ganhe peso, tese por vezes associada ao economista John Maynard Keynes. A experiência do pós-guerra na Europa, com a destruição de máquinas, fábricas e equipamentos, também leva a uma maior tendência de participação do Estado na economia. O Reino Unido, por exemplo, país pioneiro no crescimento econômico sustentado, estatiza praticamente todos os serviços públicos.

O crescimento acelerado do pós-guerra na maior parte do mundo é muitas vezes atribuído a essa maior atuação do Estado na economia, calcada na estatização de partes relevantes dela e no gerenciamento do ciclo econômico, conforme defendido pelos economistas ditos keynesianos. É importante ressaltar, porém, que já nas décadas de 1940 e 1950 já havia vozes discordantes sobre os méritos da intervenção do Estado na economia, como os economistas Milton Friedman e Friedrich Hayek.

No Brasil, desde a década de 1930, com Getúlio Vargas, registra-se também a crescente estatização da economia, com o Estado assumindo setores antes privados, como ferrovias e geração de energia, e tendo atuação importante também em áreas como siderurgia, petróleo e produtos químicos.

Durante o regime militar, diversas empresas estatais são criadas, movimento explicado, tanto pela adesão do regime a políticas desenvolvimentistas, que entendem o Estado como propulsor do desenvolvimento econômico, quanto como consequência de uma reforma administrativa que buscou, por meio da criação de empresas públicas e sociedades de economia mista, uma atuação mais flexível para a consecução dos planos governamentais. O Decreto-Lei nº 200, de 1967, por exemplo,

que dispunha sobre a organização da administração federal e estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa, assegurou a essas entidades condições de funcionamento idênticas às do setor privado, cabendo a elas, sob a supervisão ministerial, ajustar-se ao plano geral do governo. Esse movimento levou à criação de subsidiárias como estratégia de verticalização de estatais, à atuação concorrencial do governo em mercados privados e à estatização de empresas privadas em dificuldades financeiras. Entre 1964 e 1985 foram criadas mais de duas centenas de estatais, como: Embraer, em 1969; Serpro, em 1970; Telebras, Embrapa e Infraero, em 1972; Codevasf e Dataprev, em 1974; e Radiobras, Imbel, Nuclep e Eletronuclear, em 1975.

Assim como a maior parte do restante do mundo, o Brasil cresce de forma acelerada durante as décadas de 1950 e 1960 e mesmo durante a década de 1970, quando os Estados Unidos, a Europa Ocidental e outras nações desenvolvidas entram em crise. Nos países de maior renda, a década de 1970 termina com a quebra do paradigma keynesiano e estatizante, que resultou em forte crise econômica, inflação e desemprego, conhecida como “estagflação”, e levou a um maior questionamento sobre o papel do Estado na economia até então. Movimentos de liberalização, com redução de regulamentações e da participação direta do Estado na economia, começam a se disseminar, tendo como seus maiores representantes o governo de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Thatcher promove ampla redução do papel do Estado na economia do Reino Unido, incluindo um programa de privatizações, com democratização do mercado de capitais. A retomada econômica que se segue, com redução do desemprego e inflação, é considerada um grande sucesso, servindo de inspiração para reformas no resto do mundo. De certa forma, trata-se do retorno de diversos setores à sua origem, que é privada.

No Brasil, o contexto de multiplicidade de criação de empresas estatais e descontrole inflacionário levam a medidas para a contenção e reversão do modelo até então adotado. São exemplos a criação do Programa Nacional de Desburocratização (Decreto nº 83.740, de 1979), promovido pelo ministro Hélio Beltrão; a criação da Secretaria Especial de Controle das Estatais, por meio do Decreto nº 84.128, de 1979, como tentativa de centralizar e racionalizar os gastos das empresas públicas; o Decreto nº 86.212, de 15/7/1981, que estabelecia restrições à criação, no âmbito federal, de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações; e o Decreto nº 86.215, de 1981, que fixava normas para a

transferência, transformação e desativação de empresas sob o controle do governo federal. Assim, a forte crise econômica que assola o Brasil no começo da década de 1980, portanto, leva ao começo de um programa de privatizações ainda nos governos Figueiredo e Sarney, embora de forma tímida.

No caso do governo Figueiredo, 20 empresas foram efetivamente privatizadas, das 140 identificadas pela comissão de desestatização, e 50 foram colocadas à venda. Essa primeira iniciativa é vista como fracassada, por não ter atingido qualquer estatal relevante, mas apenas um movimento de reprivatização de empresas não típicas de Estado. Porém, aponta-se também que foi um período de aprendizado para a identificação e modelagem das primeiras alienações. No governo Sarney, apesar de o argumento para as privatizações ter ganhado força com o sucesso demonstrado pelos países desenvolvidos, o resultado também não foi tão expressivo, tendo sido vendidas ao setor privado 18 empresas, e outras 18 repassadas a governos estaduais, a maioria de médio porte e de setores tipicamente privados.

A nova Constituição da República, em 1988, traz disposições importantes sobre a atividade econômica estatal. O art. 1º, IV, define como fundamento constitucional os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa. O *caput* do art. 170 estabelece, nesse sentido, tanto a valorização do trabalho humano como a livre iniciativa, como fundamentos da ordem econômica nacional.

A contrario sensu, se a exploração direta pelo Estado é a exceção, a livre iniciativa é a regra, e a desestatização se torna um imperativo constitucional em todas as atividades que não são pertinentes à segurança nacional ou ao interesse coletivo. A era do Estado empreendedor se encerra com a Constituição Cidadã; de agora em diante, o empreendedorismo se torna a seara própria da iniciativa privada. Foi assim que o art. 173 da Norma Constitucional definiu que, ressalvados os casos constitucionalmente previstos, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Nesse contexto, o processo de desestatização iniciado na década de 1980 ganha força em 1990, com o presidente Collor, que institui o Programa Nacional de Desestatização, ainda vigente (Lei Federal nº 8.031, de 1990, supracitada, atualizada pela Lei Federal nº 9.491, de 1997). No âmbito desse programa foram privatizados ativos nos setores de telecomunicações, transportes (especialmente ferrovias), indústria mecânica, mineração, siderurgia, saneamento, energia, entre

outros. Diferentemente das demais iniciativas anteriores, viram-se privatizações de grandes empresas estatais que atuavam desde a primeira onda de criação desse tipo de empresa, nas décadas de 1930 a 1950. O processo de privatização registra importantes ganhos em termos de arrecadação, trazendo novos recursos para o orçamento público e também eliminando gastos com empresas cronicamente deficitárias. Ao mesmo tempo em que o Estado sai da atividade produtiva de forma direta, passa a atuar de forma a ditar normas, metas e procedimentos, com a instituição das chamadas agências regulatórias.

Do ponto de vista de políticas públicas e desenvolvimento econômico, os resultados apresentados foram manifestamente positivos. No caso da telefonia, por exemplo, as empresas privadas têm investido continuamente e de forma intensa nos últimos 25 anos, possibilitando a democratização das telecomunicações. Considerando os montantes investidos, é bastante claro que o setor público não teria condições de desembolsar as quantias necessárias.

Um outro caso importante foi o do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – Proes –, ao longo da segunda metade da década de 1990. Os bancos públicos estaduais eram utilizados como forma de burlar as limitações fiscais e orçamentárias de seus acionistas, os governos estaduais. Utilizando-se, por exemplo, de emissão de títulos adquiridos forçosamente pelos bancos estaduais e posteriormente não honrados, contribuía-se para a ineficácia do orçamento estadual, o que constituía, ainda, fator de aumento da inflação. A privatização desses bancos, como foi o caso do Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge – e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais – Credireal –, representou não apenas uma contribuição para a modernização do setor bancário, como também um elemento para a estabilização macroeconômica do País.

Outro setor para o qual a privatização trouxe contribuições relevantes em Minas Gerais foi o siderúrgico. O processo levou à transformação de empresas deficitárias em lucrativas, como foi o caso da Açominas, atual Gerdau Açominas, ou mesmo à expansão e modernização de empresas já lucrativas, como é o caso da Usiminas. A modernização do setor siderúrgico foi importante para o aumento da sua produção e do atendimento, por exemplo, do grande aumento da demanda no período 2007-2013. Além disso, foram registrados ganhos salariais reais para os trabalhadores do setor, com destaque para os ganhos de 15% acima da inflação proporcionados para

os funcionários da Usiminas nos dez anos seguintes à sua privatização, conforme estudo da PUC-Rio¹.

Já a privatização (ou melhor, concessão) das ferrovias, por exemplo, apresenta resultados ambíguos. Ao mesmo tempo em que os contratos celebrados na década de 1990 permitiram o aumento da produção ferroviária e a queda no índice de acidentes, bem como eliminaram os déficits crônicos da Rede Ferroviária Federal – RFFSA – as regras aplicáveis ao setor impediam a construção de novas linhas ou ampliação das já existentes sem que houvesse uma licitação aberta pelo próprio poder público definindo projeto, traçado e condições de operação, bem como que os investimentos feitos ao longo da concessão passariam para a propriedade da União após o término do prazo das concessões, o que acabou impedindo o aumento da malha ferroviária. Esse cenário mudou no ano passado, com a edição da Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, que instituiu o Novo Marco Legal das Ferrovias e passou a permitir investimentos privados diretos no setor, mediante autorização do poder público. Nos seis primeiros meses de vigência da nova regra, mais liberal e com menos interferência do Estado no setor, foram registrados 79 pedidos da iniciativa privada de autorização para construção ou expansão de linhas, com um investimento total de R\$240,8 bilhões, o que deve aumentar substancialmente o volume e a diversidade das cargas transportadas.

Após um período de reduzida atividade privatizante, entre 2005 e 2016, os governos Temer e Bolsonaro retomaram essa temática. Desde então, registram-se privatizações nas áreas de gás, distribuição de combustíveis, distribuição de energia elétrica, entre outras. A retomada do processo de privatizações é justificada tanto por necessidades práticas, como a restrição do orçamento federal para investir nos setores, como também por motivos de política pública, como a busca de menor intervenção estatal na economia, como forma de procurar retomar o crescimento econômico, que tem sido reduzido e errático desde meados da década de 2010.

¹ SALINAS, Marcelo Iglesias. **O Setor Siderúrgico Brasileiro: 10 Anos de Privatização**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003

4. RESUMO DAS REUNIÕES

Feita a introdução do tema e a descrição sumária das atividades da comissão, passamos ao cerne do relatório, que é o resumo das discussões realizadas. Essas discussões informam sobre o trabalho dos parlamentares e servirão de subsídio para a elaboração das recomendações, quando da elaboração do relatório final.

1ª Reunião Especial – 24/6/2021

- Apresentação

Participaram da reunião os deputados Coronel Sandro, Bruno Engler, Betão, Duarte Bechir e Guilherme da Cunha.

- Relato

A reunião teve a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente. Após votação, foram eleitos para presidente o deputado Coronel Sandro e para vice-presidente o deputado Bruno Engler.

O presidente, recém-eleito, afirmou que a temática das privatizações é bastante relevante para o Brasil e para o Estado de Minas Gerais, especialmente na atual conjuntura política e econômica. Afirmou que a instalação da comissão extraordinária poderá ajudar para se avançar no tema, com benefícios para o Estado. Destacou que a privatização faz parte da modernização do aparato estatal. Afirmou que o processo de privatização é importante para que o poder público foque sua atuação naquilo que é próprio da ação estatal, especialmente na política social, inclusive por meio da melhoria de sua situação fiscal. Terminou sua fala afirmando ter posição favorável às privatizações.

O deputado Bruno Engler afirmou que a eleição do Governo Romeu Zema, que durante a campanha defendeu as privatizações, indicaria que a população teria chancelado a posição favorável à venda de empresas estatais.

Por sua vez, e se posicionando contrariamente à pauta de privatizações, o deputado Betão questionou os supostos benefícios trazidos pela privatização, ao citar exemplos de empresas concessionárias de serviços públicos em outros estados, cuja privatização teria ocasionado piora no atendimento aos cidadãos. Ele afirmou que a defesa das privatizações em nível estadual durante a campanha do governador

Romeu Zema não teria ocorrido em nível federal, durante a campanha do presidente Jair Bolsonaro – posicionamento que foi questionado pelo deputado Bruno Engler, apontando que o atentado sofrido pelo então candidato impediu sua participação em debates, bem como que ele já teria indicado o economista liberal Paulo Guedes como ministro da Economia.

Por sua vez, Guilherme da Cunha reiterou os pontos expostos pelo presidente. Destacou o âmbito social da pauta, bem como as melhorias na oferta de serviços públicos que as privatizações podem gerar, uma vez que o Tesouro estadual não tem condições de aportar recursos nas empresas estaduais, em especial na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e na Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

1ª Reunião Extraordinária – 8/7/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente da Comissão, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, Deputado Bruno Engler, e os deputados Betão, Duarte Bechir, Guilherme da Cunha e André Quintão, substituindo o deputado Betão.

- Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão.

Em sequência, destinou a presidência dos trabalhos ao deputado André Quintão, que apresentou as solicitações dos deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Os deputados solicitaram a realização de: audiência pública para debater com o professor Sérgio Lazzarini a experiência brasileira e as perspectivas do processo de privatização; audiência pública para debater com o ministro Paulo Guedes a perspectiva da privatização no País, assim como suas possibilidades, seus desafios e reflexos em Minas Gerais; audiência pública para debater com o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, acerca do planejamento, da perspectiva e do desafio do processo de privatização no Estado, bem como seus reflexos econômicos e financeiros; visita à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério de Fazenda, em Brasília, com a finalidade

de discutir a atuação do órgão no processo de privatização, bem como o histórico desse processo no País; visita à Codemig para reunirem-se com o seu diretor-presidente, com a finalidade de obter informações sobre a atuação da empresa e seu processo de privatização; e audiência pública para debater com José Salim Mattar Júnior sobre o processo de privatização no Brasil, assim como suas potencialidades e seus desafios.

Antes de encerrar a reunião, o presidente congratulou-se com o Colégio Batista Getsêmani pela defesa dos valores familiares.

Por fim, após a aprovação dos requerimentos, foi informado pelo presidente que será estabelecido um calendário de ações e que ainda não estava definido o relator para a comissão.

2ª Reunião Extraordinária – 15/7/2021

- Apresentação

Participaram da reunião realizada no dia 15/7/2021 o presidente da Comissão, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha, além dos deputados Antonio Carlos Arantes, Zé Reis e do convidado, professor Sérgio Lazzarini.

- Relato

Inicialmente, o presidente destinou a palavra a Sérgio Lazzarini, que é professor do Insper, PhD em administração nas áreas de Organização e Estratégia pela John M. Olin School of Business, da Washington University, e mestre em administração pela FEA/USP, para apresentar a experiência brasileira e as perspectivas do processo de privatização. Nesse sentido, o professor palestrou sobre a temática “A privatização certa: por que empresas privadas em iniciativas públicas precisam de bons governos”, fazendo referência à publicação de seu novo livro, que destaca as privatizações como uma iniciativa de governo para aumentar a entrega de serviços para a população da melhor forma possível.

O professor Lazzarini levantou alguns casos e desdobramentos de âmbito econômico, social e de gestão sobre o tema, além de suas implicações. Em seus estudos, fez análises comparativas em três países: África do Sul, Índia e Brasil, em quatro segmentos: educação, transporte, burocracia pública e saneamento básico,

resultando no exame de 24 casos, 12 de sucesso e 12 de fracasso, destacando assim, a importância de bons governos e das dimensões de competências governamentais. Além disso, destacou metodologias e análises para que o processo de privatização ocorra de modo assertivo e benéfico à população e aos cofres públicos.

Em seguida, os deputados apresentaram dúvidas e apontamentos. O presidente da comissão questionou sobre o preço de mercado das estatais em relação ao processo de privatização, frisando a preocupação com a valorização das empresas públicas. Em sua réplica, o professor destacou a importância na análise de indicadores, números e entregas como uma abordagem para a discussão da necessidade de privatização das empresas públicas.

Em uma análise histórica, o presidente fez referência ao processo de privatização ocorrido em 1990, com foco no setor de telefonia e de mineração (Vale do Rio Doce) e solicitou do professor seu parecer. O professor Lazzarini expôs pontos positivos e negativos e destacou alguns problemas de implementação nos processos de privatização ocorridos na época. Frisou que, a partir desses erros, somados a estudos como o do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC – sobre o tema “Governança e privatizações”, existem formas de se construir planos e modelagem e de propor melhorias.

Outro ponto levantado pelo presidente diz respeito ao Programa de Privatização no Estado de Minas Gerais e a conveniência em se ter uma agência reguladora com finalidade de fiscalização no âmbito contratual, de análises contínuas de desempenho e de atendimento aos grupos vulneráveis. Desse modo, o professor evidenciou a importância da agência reguladora, assim como de sua legislação e seu monitoramento. Por fim, sobre o apontamento do processo de privatização da Eletrobras, foi destacada a necessidade de debates, estudos e despolarização política sobre o tema.

3ª Reunião Extraordinária – 5/8/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente da Comissão, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha e Betão, além da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Bartô, e o convidado José Salim Mattar Júnior.

- Relato

A reunião teve a finalidade de debater, com José Salim Mattar Júnior, o processo de privatização no Brasil, suas potencialidades e seus desafios. Após os ritos de praxe, o presidente passou a palavra ao convidado, que é ex-secretário especial de Desestatização e Privatização do governo federal, empresário e defensor da causa liberal, para abordar o processo de desestatização, suas consequências e caminhos.

O ex-secretário mostrou dados do Produto Interno Bruto – PIB – dos estados, do custo do funcionalismo público e da situação financeira das estatais, concluindo que o tamanho do Estado e a má alocação de recursos dele decorrente resultam na desigualdade e na pobreza. Afirmou que “a desestatização é fundamental para reduzir o tamanho do Estado, retomar a economia e desonerar o cidadão pagador de impostos”.

Em seguida, Salim Mattar falou sobre o processo de desestatização no âmbito do governo federal. O ex-secretário expôs a complexidade, morosidade e dificuldade das etapas do processo de desestatização, que se baseia em extenso arcabouço legal e envolve inúmeros agentes, grupos de interesse e diferentes órgãos públicos. O convidado apresentou estudo sobre a situação das empresas públicas no âmbito federal, que identificou, em 2018, um total de 698 empresas ligadas à União, entre empresas de propriedade direta, subsidiárias, coligadas ou com simples participação. Esse número caiu para 611 em 2020, com a política de desestatização do governo. Sobre a política de desestatização, José Salim Mattar Júnior apontou suas vantagens para a eficiência econômica, nas esferas pública e privada, para a ética/*compliance* e para a criação de empregos.

Sobre o Estado de Minas Gerais, o ex-secretário apresentou um rol de 85 empresas vinculadas ao poder público, com 12 de controle direto (BDMG, Cemig, Codemge, Cohab Minas, Copasa, Emater, Epamig, Metrominas, MGI, MGS, Prodemge, RedeMinas), 67 de controle indireto e 6 empresas com participação do Estado. Por fim, o convidado criticou a alocação de recursos públicos pelo Estado de Minas Gerais na participação em diversas empresas não lucrativas.

Após a fala do convidado, os deputados apresentaram suas dúvidas e fizeram apontamentos. O deputado Guilherme da Cunha indagou sobre a compatibilidade do intervalo temporal do processo de privatizações em Minas Gerais em relação ao desempenho arrecadatório do Estado. Questionou também as

prioridades de desestatização, com base no cenário das empresas públicas mineiras, e a interferência política no quadro dos empregados das estatais. Em sua réplica, Salim Mattar frisou a importância do Legislativo na tomada de decisão do processo de privatização, com foco em empresas que não agregam nenhum valor ao cidadão e ao governo e não geram lucros, com o intuito de desburocratizar e simplificar o Estado.

Em análise sobre a apresentação, o deputado Coronel Sandro teceu questionamentos sobre a melhor maneira de supervisão da qualidade dos serviços públicos prestados pelas empresas privatizadas. Em resposta ao questionamento, o empresário evidenciou o papel técnico-regulatório de abrangência nacional das agências reguladoras. Em uma perspectiva de análise de casos, o deputado Coronel Sandro ressaltou o processo de privatização dos Correios e da Eletrobras. No caso da Eletrobras, Salim Mattar destacou o jogo político-democrático e a importância da privatização para capitalizar as empresas estatais. Em relação aos Correios, o empresário teceu críticas e fez indagações a seu processo de privatização. Por fim, o ex-secretário se propôs a disponibilizar estudos complementares sobre o tema e a dar outros esclarecimentos.

4ª Reunião Extraordinária – 12/8/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha e Mauro Tramonte.

- Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão.

Em sequência, o deputado Coronel Sandro realizou a leitura dos requerimentos de sua autoria e anexou os requerimentos redigidos pelo deputado Guilherme da Cunha, em que solicita a realização de audiências públicas com a finalidade de debater o processo de desestatização com os prefeitos dos municípios e a população mineira, assim como com as lideranças das empresas estatais e autoridades públicas do Estado.

Por fim, foram solicitadas audiências públicas para debater as legislações federais que dispõem acerca da temática das privatizações. Foram aprovados todos os requerimentos apresentados.

5ª Reunião Extraordinária – 19/8/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o deputado Guilherme da Cunha, bem como os deputados Mauro Tramonte e Bartô, além dos convidados Thiago Coelho Toscano, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Guilherme Augusto Duarte de Faria (representando Fernando Passalio de Avelar), secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, e Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes (representando Gustavo de Oliveira Barbosa), secretário adjunto de Fazenda.

- Relato

Inicialmente, o deputado Guilherme da Cunha anunciou que a reunião destinava-se a debater os impactos, para o fluxo financeiro do Estado, do aporte de recursos oriundos de possível venda da Codemig, além de apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão.

Em sequência, o deputado Guilherme da Cunha apresentou o cenário mineiro e a perspectiva das privatizações, além de destacar o processo de desestatização da Codemig. Apresentou, então, algumas considerações e indagações quanto à atuação, à administração e ao atual processo de alienação da companhia. Ressaltou que a Codemig, no cenário atual, não presta serviços à população mineira, pois consiste em “escritório para recebimento de *royalties* do nióbio”, não exercendo papel nem na definição do plano de lavra, nem na decisão sobre a posterior destinação do minério, o que é feito pela Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá –

Comipa – e pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM. Nesse sentido, o deputado questionou se, do ponto de vista do fluxo de caixa, seria ou não benéfica a privatização da companhia. Como exemplo, citou a possibilidade de utilização da receita oriunda da privatização para abatimento da dívida estadual.

Questionou, ainda, quais são as atividades de fato desenvolvidas atualmente pela Codemig, bem como se faz diferença a alienação da totalidade ou do controle da companhia, no comparativo com a alienação apenas daquilo que já está autorizado. Perguntou, na sequência, de que maneira a venda poderia impactar o ritmo de exploração da jazida e o risco de seu exaurimento. Solicitou, ainda, informação sobre o valor estimado da venda, ou, se ainda não houvesse, sobre como esse montante seria calculado.

Na sequência, a palavra foi concedida a Luiz Cláudio Fernandes Lourenço, secretário adjunto de Estado da Fazenda, que abordou o cenário fiscal e financeiro do Estado, dando destaque à atual situação da dívida pública, ao Regime de Recuperação Fiscal e à venda da Codemig como uma oportunidade para sanear e planejar o futuro financeiro e fiscal do Estado, com o intuito de regularizar as contas públicas. No tocante à dívida, ressaltou que seu não pagamento está sendo sustentado por liminares, que podem cair a qualquer momento. Destacou, também, que o governo conseguiu regularizar uma série de passivos existentes, como recursos devidos aos municípios e recomposição dos depósitos judiciais.

Em seguida, Guilherme Augusto Duarte de Faria, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, discorreu sobre a política da desestatização como um atual plano de governo para a melhoria da qualidade na prestação de serviços públicos. Ademais, comentou sobre o papel da Codemig e sua relação com a Codemge, além de evidenciar duas formas de alienação da Codemig. Nesse sentido, destacou a antecipação de parte dos direitos creditórios da companhia, como uma via já autorizada pelo Legislativo Mineiro, e outra via, que está em tramitação para autorização, que consiste na alienação completa do ativo ou qualquer outra forma de desestatização. Nessa perspectiva, os dois caminhos apontados em relação à Codemig serão discutidos e analisados de forma concorrente, para alcançar uma situação vantajosa e justa, tanto para o Estado quanto para a população.

Em seguida, Thiago Coelho Toscano, diretor-presidente da Codemig, elucidou o papel da companhia, em um retrospecto histórico e em uma análise da estrutura jurídica do negócio. Demonstrou o arranjo societário sobre a mina de Araxá,

envolvendo a CBMM, a Comipa, Sociedade em Conta de Participação, a Codemig e o mercado. Explicou sobre a exploração, por parte da Comipa e da Codemig, além da importância da CBMM, na extração da liga ferro-nióbio.

Por fim, discorreu sobre o desmembramento da Codemig, em 2018, como forma de isolá-la e constituir a oferta pública inicial – IPO – da empresa, entretanto, essa operação não se concretizou. Todavia, a Codemig permaneceu segmentada, coexistente com a Codemge. Atualmente, segundo o gestor, a Codemge está dividida em três grandes negócios que envolvem participações societárias, imóveis e direitos minerários. Por fim, conforme detalhado em sua apresentação, destacou que, desconsiderada a receita de nióbio, a Codemge é uma empresa que apresenta prejuízo anual de R\$200 milhões.

Em uma análise sobre a apresentação, o deputado Guilherme da Cunha teceu questionamentos sobre os dados de aumento da arrecadação da gestão Romeu Zema ao secretário adjunto de Fazenda, em especial quanto à sustentabilidade desses resultados. Em resposta, Luiz Cláudio informou sobre a atual sustentabilidade da receita tributária, com base na boa gestão de tributos e na atração de investimentos, com a característica da segurança jurídica tributária.

O deputado Guilherme da Cunha fez questionamentos sobre os investimentos nas empresas públicas pelo Estado para contemplar a demanda já existente de infraestrutura e serviços à população. O secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico citou a questão da universalização do saneamento básico, com base no Marco de Saneamento, e destacou que a iniciativa pública não tem aporte de investimento para a concretização desse marco. Outro exemplo, citado por Guilherme Faria, foi o caso do Plano de Investimento da Cemig e seu processo de desinvestimento de alguns ativos, com o intuito de gerar caixa necessário para o cumprimento do plano e abrangência dos serviços aos cidadãos mineiros. Ele evidenciou a importância de se atrair capital privado para a Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig –, para a prestação de serviços à população e às empresas alocadas no Estado.

Ao final, o deputado Guilherme da Cunha solicitou ao diretor-presidente da Codemig informações sobre o futuro da Codemge e o valor de mercado da Codemig. Thiago Toscano, em resposta, esclareceu sobre a importância da reorganização da Codemge e a administração de seus ativos, que podem ser explorados por empresas privadas, com impacto positivo sobre o fluxo de caixa do

Estado. Por último, reforçou a importância da reestruturação societária para o aumento do lucro da Codemig e para o aumento do seu valor de mercado, estimando que, se houvesse hoje autorização legislativa para tanto, ainda seriam necessários entre quatro e seis meses para a finalização dos estudos, bem como outros três a quatro meses para a concretização da reorganização societária.

6ª Reunião Extraordinária – 16/9/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente, deputado Coronel Sandro, e o deputado Bartô, além das convidadas Maria Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas de Minas Gerais.

- Relato

Na presença dos deputados Coronel Sandro e Bartô, Maria Cecília Borges apresentou um pequeno histórico acerca da notícia de supostas irregularidades na desestatização da Codemge e Codemig, pautadas na ausência de lei autorizativa e no desvirtuamento da função social das empresas. A convidada narrou que, após a manifestação das empresas, os argumentos apresentados na denúncia foram corroborados. Em razão disso, segundo ela, foi instaurado um inquérito civil para analisar tais irregularidades e expedida uma notificação recomendatória destinada ao governador do Estado, ao secretário de Desenvolvimento Econômico, ao presidente da Codemig e da Codemge e ao presidente do conselho de administração dessas empresas, em que recomendam que assegurem o amplo acesso das instituições de controle externo às informações e aos documentos referentes à política estadual de desestatização da Codemig e da Codemge; abstenham-se de praticar quaisquer atos, preparatórios ou de execução, em procedimentos de desinvestimento enquanto não for editada lei autorizativa; e deixem de cumprir ou retirem a vigência do Decreto Estadual nº 47.766, de 2019.

Após essa pequena contextualização, a procuradora Maria Cecília Borges destacou que a criação da Codemig e da Codemge está em consonância com os arts. 173 da Constituição Federal e 232 da Constituição do Estado. A convidada detalhou que para a criação das estatais é necessária a configuração de relevante interesse coletivo expresso mediante lei; e que para a retirada do Estado do seu

domínio econômico – a desestatização – a autorização legislativa, também, é essencial. Nas suas elucidações, a procuradora expôs jurisprudências “assentadas e pacíficas” do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, que corroboram esse entendimento. Maria Cecília Borges finalizou sua exposição discorrendo sobre o controle externo dos procedimentos de desestatização (análise de finalidade, regularidade e legitimidade).

Na sequência, o deputado Bartô agradeceu a presença das procuradoras e o presidente da comissão deu a palavra para Sara Meinberg, que citou a ADI nº 6.241, de relatoria da Ministra Carmem Lúcia, na qual se destacou que as empresas públicas possuem, dentre as suas finalidades, a obtenção do lucro, não sendo este admitido como único fim da atividade empresarial prestada pelo Estado. A procuradora abordou os fatos de a desestatização ter sido realizada sem lei autorizativa e de a última gestão da companhia ter como única finalidade o lucro, o que configuraria desvio de finalidade. Citou-se ainda que, após manifestação da companhia, o Ministério Público de Contas descobriu a existência de uma orientação para otimização das receitas da companhia, garantindo um fluxo de caixa positivo na Codemge e maximizando os dividendos do acionista.

Ao fim das exposições das convidadas, o deputado Coronel Sandro apresentou suas dúvidas. Primeiramente, perguntou qual seria o conceito de empresa pública controlada. Sara Meinberg respondeu que são aquelas cuja maioria do capital é de titularidade do poder público.

O deputado questionou se a venda de uma subsidiária em razão de escolha gerencial não necessitaria de autorização legislativa, visto que a referida operação não tinha como objeto a extinção ou privatização da empresa mãe. A procuradora Sara Meinberg frisou que, no caso da Codemge, haveria orientações do seu sócio majoritário, o Estado de Minas Gerais, no sentido de extinção da empresa por meio da venda dos seus ativos.

O deputado arguiu, em seguida, se as procuradoras tinham conhecimento do Projeto de Lei nº 1.203/2019, que autoriza a privatização da Codemig, e se essa proposição cumpre o requisito referente à autorização legislativa. Sara Meinberg afirmou ter ciência da existência do projeto de lei, mas desconhecer o seu inteiro teor e seu estágio de tramitação.

Posteriormente, o parlamentar questionou se houve intervenção do Ministério Público de Contas na proposição que tramitou na Assembleia Legislativa

referente à venda dos ativos do Nióbio. As procuradoras responderam que atuaram conjuntamente no citado projeto. Ele perguntou se as procuradoras participaram de alguma audiência pública sobre esse tema na Assembleia Legislativa e Sara Meinberg respondeu que sim, em 2017. O deputado Coronel Sandro terminou sua fala ao destacar a existência de uma política de privatização no governo.

O deputado Bartô, por sua vez, concordou com a fala sobre a existência de uma política de privatização e criticou o investimento da Codemig e da Codemge em setores como hotelaria. Ele acrescentou que, para ele, a questão da privatização era subjetiva. Maria Cecília Borges discordou desse posicionamento e afirmou que não se trata de uma questão subjetiva, e sim de um entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Em suas palavras finais, as procuradoras ressaltaram que o objetivo do Ministério Público de Contas foi apresentar os entendimentos do caso à luz do STF. Elas agradeceram a oportunidade de se manifestar e se colocaram à disposição da comissão para futuros e eventuais questionamentos. Já o deputado Bartô, em suas considerações finais, criticou a situação das estatais no Estado e solicitou apoio dos cidadãos ao movimento de privatização.

7ª Reunião Extraordinária – 20/9/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, deputado Bruno Engler, a deputada Celise Laviola, substituindo o deputado Duarte Bechir, e os deputados Guilherme da Cunha, Carlos Pimenta e Mauro Tramonte.

- Relato

Inicialmente, o presidente da comissão avocou a si a relatoria da visita realizada em 25/8/2021 à Codemge. Em seguida, tendo sido transferida a presidência para a deputada Celise Laviola, foram aprovados requerimentos, listados no Anexo III.

Em manifestação, o deputado Carlos Pimenta lamentou a falta de transparência referente às participações do Estado em empresas privadas, bem como o investimento de empresas estatais em empreendimentos fora do Estado. Lamentou,

ainda, o enfraquecimento da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab –, que teria deixado de gerar benefícios para o Estado.

O presidente anunciou que a reunião destinava-se a debater com o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, o planejamento, as perspectivas e os desafios do processo de privatizações em Minas Gerais, bem como seus reflexos econômicos e financeiros sobre o Estado.

Com a palavra, o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico defendeu que a privatização permitiria que o Estado deixasse de gastar dinheiro com iniciativas por vezes desastrosas. Defendeu que a desestatização favorece a existência de um estado mais leve e mais focado em suas funções essenciais, como saúde, educação e segurança. Discorreu sobre o Programa Mineiro de Desestatização e os mecanismos de privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação, apresentando as diferenças entre essas diferentes formas de desestatização. Apresentou também a estrutura de governança do processo de privatização. Defendeu que a desestatização deve ser realizada de forma cuidadosa, de forma a ser resguardada de questionamentos futuros. Destacou, ainda, a importância da interlocução com a Assembleia para o andamento desse processo, inclusive para sua autorização, quando legalmente necessário. Afirmou que o processo de privatização no Estado será transparente e competitivo, sem favorecimentos de quaisquer partes.

Segundo o secretário, existem no Estado mais de noventa empresas estatais e participações. Ele destacou a existência de dezenas de participações na Codemig e centenas na Cemig e ressaltou que, no caso desta última, grande parte está fora de Minas Gerais, sem gerar benefícios para os mineiros, inclusive com algumas empresas em recuperação judicial. Apontou a participação do Estado em empresas de telefonia, que não teriam refletido em melhora dos serviços. Destacou que, em eventual processo de privatização, a Codemig representaria cerca de 70% de recursos que poderiam entrar no caixa do Estado, seguida pela Copasa, com quase 15%, e pela Cemig, com 12,25%.

Apresentou então uma série histórica, iniciada na década de 1950, que mostra o crescimento quase contínuo do número de estatais e participações, com quedas pontuais. Entre essas, lembrou o processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge –, que teria revertido em benefícios para os correntistas e para o setor público estadual. Lamentou o grande aumento de participações no ano de 2018, inclusive em empresas que viriam a gerar grande

prejuízo para o patrimônio público, como a Oxis Energy. Informou, inclusive, que há participações sobre as quais o Estado sequer detém informações de quando ou como entrou.

O secretário defendeu que as empresas privadas de serviço público são capazes de atender melhor os consumidores. Apresentou dados regulatórios que indicam que as empresas privadas de energia elétrica têm melhor avaliação dos consumidores, bem como melhor qualidade no fornecimento. Apontou que a distribuição de gás natural em Minas Gerais, operada pela Gasmig é extremamente limitada, com menos de 70 mil clientes, enquanto os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que têm empresas privadas de gás, somam mais de três milhões de clientes. Afirmou que a natureza pública da Gasmig limita e dificulta a sua expansão. Quanto à Copasa, apontou que há déficit na cobertura de saneamento, especialmente na coleta e no tratamento de esgoto. Ele atribuiu o atraso na universalização dos serviços de saneamento, no Brasil, à reduzida participação das empresas privadas no setor – apesar de as empresas privadas investirem mais e terem tarifa menor que as públicas. Destacou a mudança no marco legal do saneamento, que deve aumentar a participação das empresas privadas, considerando o grande volume de investimento necessário para a universalização desse serviço.

Apresentou informações sobre as participações da Codemge. Afirmou que a saída do governo de empresas como a Helibras poderá viabilizar maior aporte de recursos por parte de seus acionistas privados. Informou que o Estado sequer tem conhecimento de quando entrou na sociedade da empresa. Lamentou que R\$500 milhões teriam sido investidos para adquirir 20% da empresa Oxis Energy, a qual teria, à época, valor total de R\$100 milhões. Informou ainda que a empresa se encontrava em processo falimentar.

Quanto à Cohab, informou que a empresa havia custado R\$249 milhões nos seis anos anteriores, tendo entregado, nesse período, apenas 45 imóveis, ou seja, cada imóvel teria custado em média R\$6 milhões, apesar de serem de padrão popular. Para o secretário, o uso de recursos para manter a Cohab poderia ser utilizado diretamente na política habitacional.

Por fim, ele defendeu que a desestatização pode melhorar o ambiente de negócios, reduzindo a corrupção e melhorando a alocação de recursos, o que favorece a atração de novos investimentos, com ganhos para a situação fiscal do setor

público. Afirmou, ainda, que as empresas que foram privatizadas nas últimas décadas, em vez de demitirem, contrataram mais pessoal, devido ao seu elevado crescimento.

O deputado Coronel Sandro lamentou que as informações sobre o processo de privatizações não sejam de amplo conhecimento popular, com reduzida participação na mídia, nos parlamentos e na academia.

A deputada Celise Laviola afirmou que, ainda que a finalidade das empresas públicas não seja necessariamente gerar lucro, não é admissível que, por meio de seguidos prejuízos, elas absorvam recursos públicos. Ela observou que o serviço de gás, privatizado, é de grande conveniência para diversos municípios no Estado do Rio de Janeiro, inclusive para aquecimento de água.

O deputado Guilherme da Cunha agradeceu a exposição e reiterou sua posição favorável às privatizações.

O deputado Coronel Sandro questionou sobre o número de empresas estatais existentes em Minas Gerais e quantas seriam deficitárias.

O secretário afirmou que não há certeza sobre o número de empresas estatais em que o Estado tenha participação, mas que um levantamento realizado apontaria o número de noventa. Dessas, 70% seriam deficitárias. Em especial, afirmou que o prejuízo acumulado da Codemge chega a R\$300 milhões, antes de considerada a receita advinda da exploração do nióbio. Citou o caso da Renova, subsidiária da Cemig, em recuperação judicial e que teria gerado prejuízo milionário.

Em resposta a questionamento do deputado Coronel Sandro, afirmou, ainda, que a continuidade da Copasa como empresa seria favorecida por sua privatização, em face do novo marco legal do saneamento, considerando as amarras impostas pelo regime público à gestão da empresa.

O deputado Coronel Sandro questionou, ainda, qual o destino dos recursos da Cohab. Em resposta, o secretário afirmou que os recursos são utilizados para manutenção de imóveis e despesas financeiras. Alertou que a Cohab sequer detém matrícula de diversos imóveis urbanos, afetando cerca de 16 mil famílias, frente à má gestão da empresa nas últimas décadas.

Por fim, o deputado Coronel Sandro questionou a opinião do secretário sobre a posição do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de que o governo do Estado realizaria privatizações de forma oculta, sem autorização legal. O secretário afirmou que, considerando os prejuízos reiterados de certas empresas e participações, o patrimônio público estaria mais bem

resguardado realizando desinvestimentos. Para ele, todas as exigências legais para o processo de desestatização estariam sendo cumpridas.

8ª Reunião Extraordinária – 29/9/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha e Mauro Tramonte.

- Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública para debater o processo de desestatização de aeroportos atualmente administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – e suas repercussões para o Estado.

Na sequência, o deputado Coronel Sandro passou a presidência dos trabalhos ao deputado Bruno Engler para a leitura dos requerimentos apresentados, listados no Anexo III deste relatório.

Após a aprovação dos requerimentos, com a saída do deputado Coronel Sandro, a sessão foi presidida pelo deputado Guilherme da Cunha, que destacou a importância do modal aéreo para o desenvolvimento econômico e social.

Em uma análise focada no desenvolvimento do sistema aeroportuário mineiro, o subsecretário de Transportes e Mobilidade, Gabriel Ribeiro Fajardo, apresentou o Projeto de Concessões de Aeroportos, que tem como objetivo atrair investimentos para ampliar, aperfeiçoar a infraestrutura aeroportuária brasileira e, conseqüentemente, promover melhorias no atendimento aos usuários do transporte aéreo no Brasil. Ele destacou a decisão do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI – publicada no dia 2/12/2020, no *Diário Oficial da União*, que propôs uma nova rodada do programa de concessões de aeroportos. Nesse sentido, a 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias deve ofertar à iniciativa privada 16 aeroportos, agrupados em 3 blocos, e contemplará os aeroportos mineiros de Uberlândia, Montes Claros e Uberaba.

No que diz respeito ao processo de concessão do Aeroporto da Pampulha, que se caracteriza como a primeira concessão estruturada, gerida e licitada

pela gestão do governador Romeu Zema, em parceria com o governo federal, com expectativa de realização do leilão no dia 5/10/2021. Em uma análise geral, o subsecretário destacou que o Aeroporto da Pampulha é um dos principais polos de manutenção de aeronaves da aviação geral e executiva do Brasil, com um amplo complexo aeroportuário e com uma possibilidade de exploração imobiliária, comercial e de terminal de passageiros e uma capacidade de movimentação de 2,2 milhões de passageiros por ano. Ele informou que a concessão prevê um total de 36 mil pousos e decolagens, por ano.

O subsecretário apresentou ainda a modelagem do projeto, da situação patrimonial e do entorno do aeroporto, prevendo investimentos de melhoria, inclusive para redução de impactos negativos para os moradores do seu entorno. Ele destacou que a concessão deve beneficiar cerca de quarenta municípios.

Com dados de movimentação de passageiros, ele demonstrou que a transferência de voos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, e, em seguida, o advento da pandemia de Covid-19 impactaram severamente o Aeroporto da Pampulha.

O subsecretário apontou que, após delegação do governo federal ao governo do Estado, foi realizado um procedimento de manifestação de interesse, com estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, que resultou em um plano de desenvolvimento para o Aeroporto da Pampulha. No âmbito da modelagem jurídica do edital e do acordo, ele se caracteriza como um leilão, de maior valor de outorga fixa *upfront*, ofertada no valor mínimo de aproximadamente R\$9,5 milhões, com previsão de outorga variável ao longo do contrato. Além disso, o subsecretário destacou qualificações técnicas, econômico-financeiras, receitas tarifárias e não tarifárias, incluindo receitas imobiliárias, bem como encargos por parte do licitante, que serão monitorados pelo Estado por meio de indicadores de desempenho.

Em seguida, a palavra foi franqueada ao secretário nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, Ronei Glanzmann, que apresentou o Programa de Concessões Aeroportuárias do Governo Federal e exibiu dados relativos ao projeto. Segundo ele, como resultado da concessão de 44 aeroportos concedidos em seis rodadas de concessões federais, cerca de 75% dos passageiros domésticos no Brasil e 99% dos passageiros internacionais são processados em aeroportos administrados pela iniciativa privada.

Com base na sétima rodada, no que se refere à perspectiva do cenário mineiro, o secretário informou que deverá ser investido nos Municípios de Uberlândia, Uberaba e Montes Claros o montante de R\$455,7 milhões, R\$253,3 milhões e R\$177,7 milhões, respectivamente. Ele destacou que a pauta de infraestrutura é um projeto de Estado de longo prazo, perpassando diferentes gestões de governo. Por fim, abordou a questão do Aeroporto de Pampulha e a decisão da União em delegar a gestão desse ativo ao Estado de Minas Gerais, por motivos relacionados a requisitos metropolitanos, estaduais e de política pública. Segundo o secretário, a delegação tem funcionado muito bem. No final de sua apresentação, informou que a previsão é de que seja investido cerca de R\$1 bilhão no Aeroporto da Pampulha ao longo do seu período de concessão, que é de 30 anos, com a maior parte do montante nos primeiros anos de vigência do contrato. Destacou, por fim, que o mercado de aviação no Brasil sofreu menos que no resto do mundo com a pandemia de Covid-19, o que traria o interesse do setor privado, inclusive de empresas de outros países, na concessão de ativos.

Em uma análise sobre a apresentação, o deputado Guilherme da Cunha teceu questionamentos sobre o formato do leilão ser em bloco, levantando a hipótese desse formato ser prejudicial aos aeroportos mineiros na questão dos prazos para realização desses investimentos e a discricionariedade do licitante em escolher quais aeroportos iniciar as obras. Em resposta, o secretário informou que, por se tratar de blocos, o licitante deve operar todos os aeroportos como uma única concessionária, sob forma de Sociedade de Propósito Específico – SPE. Segundo ele, todos os aeroportos precisam ter um padrão mínimo de desempenho e de nível de serviço, independentemente de sua rentabilidade. O deputado reforçou a importância do projeto de concessões de aeroportos ser pautado em soluções, e não métodos específicos de resposta ao problema, e, dessa maneira, apontou que esse tipo de modelagem abre espaço para que a iniciativa privada busque inovações e soluções mais eficientes.

O deputado Guilherme da Cunha questionou a possibilidade de o Aeroporto da Pampulha voltar a receber voos comerciais de grande porte. Ele indicou que, caso isso ocorresse, haveria uma valorização importante do ativo e, conseqüentemente, do valor pago no certame de concessão. Ao mesmo tempo, representaria concorrência com o Aeroporto de Confins. Segundo o deputado, o Aeroporto da Pampulha chegou a receber cerca de 3 milhões de passageiros por ano.

Em resposta, o secretário Ronei Glanzmann, afirmou que parte da absorção dos passageiros em Confins ocorreu devido a razões de mercado, enquanto o Aeroporto da Pampulha desenvolveu vocação para voos executivos e táxi-aéreo. Afirmou que, em geral, as operações em cada aeroporto seguem critérios operacionais e de mercado, não sendo possível que o poder público busque segmentar a atividade de cada ativo em um nicho específico. Dessa forma, não haveria vedação para que o Aeroporto da Pampulha operasse voos comerciais de grande porte, desde que haja interesse comercial e condições operacionais adequadas. Ele afirmou que os investimentos advindos do processo de concessão devem resultar em maior capacidade operacional do aeroporto.

O subsecretário Gabriel Fajardo informou que a Resolução do Conselho de Aviação Civil – Conac – 1/2017, que traz restrições para a operação do Aeroporto da Pampulha para a aviação regional, permite voos para cidades com até 600 mil habitantes, desde que não sejam capitais, e que a inexistência no momento de tais voos representa uma opção mercadológica, e não regulatória ou operacional.

O deputado Guilherme da Cunha manifestou sua oposição às restrições regulatórias impostas ao Aeroporto da Pampulha, em especial a citada Resolução Conac 1/2017. O secretário Ronei Glanzmann, em resposta, destacou que esse assunto foi muito contencioso nas últimas décadas, e que, de forma a não atrapalhar o processo de concessão do Aeroporto, optou-se por não buscar alterar, inicialmente, essa resolução. Afirmou, porém, que ela será revogada após o processo de concessão, passando-se, assim, a um regime concorrencial e de liberdade de mercado para o Aeroporto da Pampulha, o que foi elogiado pelo deputado Guilherme da Cunha.

Para encerrar, o deputado Guilherme da Cunha teceu questionamentos que foram esclarecidos pelo subsecretário Gabriel Fajardo. Entre os esclarecimentos, foram destacadas explicações sobre o processo de investimento; de transição operacional; do licenciamento ambiental – que já estaria em processamento, em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; das receitas imobiliárias – que caberia ao concessionário sugerir e buscar; de pagamento de indenizações à Infraero; das garantias de execução; e da resolução dos principais problemas que estão contemplados pelo Projeto de Concessão do Aeroporto da Pampulha. Por fim, o deputado Guilherme da Cunha frisou que a maior importância das concessões e desestatização está na realização de investimentos para melhora de serviços ao cidadão.

9ª Reunião Extraordinária – 7/10/2021

- Apresentação

Participaram da reunião realizada no dia 7/10/2021 o presidente, deputado Coronel Sandro, e os deputados Guilherme da Cunha e Elismar Prado (substituindo o deputado Betão) e convidados.

- Relato

Inicialmente, o presidente da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater o atual estado do fornecimento de energia elétrica em Minas Gerais, a adequação da oferta e as perspectivas de ampliação da geração, bem como os diferentes modelos de fornecimento de energia elétrica oferecidos no Brasil e no exterior e a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão.

Na sequência, o deputado Coronel Sandro realizou a leitura do relatório da visita realizada em 25/8/2021 pela Comissão de Privatizações à sede administrativa da Codemig. A visita teve o intuito de acumular conhecimento sobre a atuação da companhia e sobre seu eventual processo de privatização. A dinâmica de visitação consistiu em uma apresentação ministrada pelo atual presidente, Thiago Toscano, aos deputados presentes, Coronel Sandro e Bartô, sobre o que são a Codemig e a Codemge, quais são seus respectivos negócios, políticas de investimentos, situação financeira, políticas de governança e articulação, além de perspectivas quanto ao processo global da desestatização pretendida pelo Poder Executivo Estadual.

Dando continuidade à audiência pública, o presidente da comissão destinou a palavra ao deputado Guilherme da Cunha, autor do requerimento que deu origem à reunião. De acordo com o deputado, a intenção da audiência pública consiste em debater com os consumidores a perspectiva das privatizações no aspecto do fornecimento de energia elétrica, assim como a qualidade da prestação do serviço e a experiência individual dos usuários em relação à Cemig. O deputado Elismar Prado fez apontamentos relativos ao direito de defesa ao consumidor e à cobrança indevida da Cemig aos usuários, na forma de cálculo ilegal e a maior do ICMS, que embutia contribuições sociais, PIS, Pasep e Cofins. Em razão de decisão judicial transitada em

julgado no STF, a companhia já devolveu aos consumidores, nos anos de 2019 e 2020, quase R\$3 bilhões, de um montante de R\$6,2 bilhões, sob a forma de não aplicação de reajustes de tarifas no período. O parlamentar defendeu um estado forte, contra a precarização dos serviços de energia, e pontuou que no mundo, a exemplo da Alemanha, está-se processando a retomada, a reestatização dos serviços essenciais, como o da energia e outros mais.

Foram apresentados relatos de má prestação de serviço pela companhia, envolvendo baixa qualidade da energia fornecida, constante interrupção de seu fornecimento em áreas rurais e demora excessiva no restabelecimento do serviço, baixo nível de responsividade da companhia, desrespeito ambiental, não cumprimento de prazos, queda de tensão nos empreendimentos industriais, descaso com a população, entre outros apresentados pelos convidados na própria audiência pública. Em vista disso, foram destacados casos em diferentes cenários que indicam uma certa precarização do serviço da companhia, que afeta diretamente a qualidade de vida da população, a geração de emprego e o desenvolvimento dos setores industrial, agrícola, de geração de energia solar fotovoltaica e a economia do Estado.

10ª Reunião Extraordinária – 14/10/2021

- Apresentação

Participaram da reunião realizada no dia 14/10/2021 o presidente, deputado Coronel Sandro, e os convidados Otávio Lobão de Mendonça Vianna, diretor financeiro de Crédito e Tecnologia do BDMG, representando Sérgio Gusmão Suchodolski; Matheus Campos Caldeira Brant, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte; e Marco Aurélio Barreto, sócio-fundador da Tauá Partners e presidente da Unitec.

- Relato

O presidente da comissão iniciou os trabalhos com suas considerações sobre a temática das privatizações e sobre os trabalhos da comissão, defendendo o processo de desestatização, na observância do atual cenário estadual, que apresenta aproximadamente 90 empresas estatais, das quais o Estado detém o controle ou apresenta participação simples. Nesse sentido, frisou a importância do processo de venda desses ativos e das empresas públicas, com o intuito de melhorar a prestação de serviços e ofertá-los a preços competitivos à população mineira.

Em seguida, destinou a palavra a Otávio Lobão de Mendonça Vianna, diretor financeiro de Crédito e Tecnologia do BDMG, que atualmente é responsável por cinco áreas da instituição, entre as quais o acompanhamento das participações societárias, inclusive a empresa Unitec. Em sua apresentação sobre o Projeto Unitec, informou que sua estruturação foi iniciada no ano 2000, por Wolfgang Sauer, falecido presidente da Volkswagen do Brasil, e teve como objetivo incentivar a indústria de semicondutores brasileira, na época um nicho estratégico de mercado. Destacou que a Unitec é uma empresa majoritariamente privada, que conta com dois acionistas públicos, o BDMG e o BNDES, que apresentam uma participação societária de 8% e de 40%, respectivamente.

Sobre o projeto de investimento de semicondutores, o diretor comunicou que em 2010 foi realizado um aporte de recursos significativos para sua efetivação, de origem privada e pública. Relatou que o investimento do setor público, por meio dos bancos públicos, visou dar formato estruturante ao projeto de instalação das indústrias de semicondutores no Brasil. De acordo com o diretor, na época, o nicho industrial era muito incipiente e de alto risco, entretanto os agentes envolvidos entenderam que haveria potencial de ganhos que superaria os riscos de perda. Todavia, ao longo do processo de instalação da indústria em Minas Gerais, problemas não previstos surgiram.

Em uma perspectiva atual, segundo o diretor, a Unitec apresenta a instalação da planta industrial quase integralmente concluída. Entretanto, tem uma estrutura de endividamento considerável, não conseguindo honrar suas obrigações financeiras com credores, tanto privados quanto públicos, incluídos o BNDES, o BDMG e a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep. A situação atual da companhia foi classificada como em hibernação e sugere uma estratégia de captação de investidores que possam aportar e dar continuidade ao projeto. O diretor informou sobre a troca de gestão da Unitec, com a finalidade de fornecer *expertise* em

operações de fusão e aquisição, como forma de atração de investidores. Por fim, destacou os efeitos da crise pandêmica na captação de capital para a empresa.

Em seguida, Marco Aurélio Barreto, sócio-fundador da Tauá Partners e presidente da Unitec desde 2020, esclareceu sobre o seu trabalho à frente da empresa, que apresenta quadro crítico e não operacional. O diagnóstico preliminar feito por ele indicou a escassez de investimentos como a causa da empresa não atingir seu real potencial de gerar lucros aos acionistas. Além disso, destacou as circunstâncias que levaram ao insucesso do empreendimento, comentando sobre alguns incentivos públicos que poderiam ser realizados, como um acordo firmado entre a Cemig, o Estado de Minas Gerais e a Unitec, que poderia viabilizar aporte de recursos financeiros ao projeto de reestruturação e finalização da planta industrial. No entanto, esse acordo, que previa o aporte compromissado de R\$16 milhões por meio do Estado, não foi concretizado, o que implicou a inviabilidade operacional do empreendimento. Nesse sentido, Marco Aurélio Barreto fez apontamentos relativos à baixa responsividade do Estado sobre o cumprimento do acordo. Por fim, destacou que o atual desafio é a captação de investidores e a realização de aportes mínimos por parte dos atuais sócios.

Na sequência, a palavra foi concedida ao advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Matheus Campos Caldeira Brant, que representa os empregados da Unitec. Ele enfatizou a situação dos trabalhadores da companhia relativamente à falta de pagamento de salários e à falta de infraestrutura da empresa para a atividade laboral. Referiu-se às mediações de dois acordos judiciais entre as partes (Unitec e empregados), descumpridos pela atual gestão da Unitec, relativos aos pagamento de salários e de verbas rescisórias, o que resultou em uma ação trabalhista coletiva movida pelo sindicato. Além disso, quanto ao acordo entre a companhia, a Cemig e o Estado, destacou a não manifestação da Unitec e do Estado no processo judicial. Por fim, questionou tópicos relativos à transparência financeira da Unitec e propôs requerimento à comissão referente ao pedido de justificativa ao Estado, pela suspensão do pagamento à companhia, e esclarecimentos por parte da Unitec sobre alienação de ativos, propostas de compras de seu capital e execução financeira de financiamento contraído, supostamente realizado para saldar passivos trabalhistas.

Em seguida, o presidente da comissão informou sobre a ausência de participação de representantes do BNDES na reunião, citando ofício enviado pelo

banco, que informa que enviará, oportunamente, informações escritas sobre sua participação acionária na empresa Unitec.

Em resposta à proposta de requerimento realizada pelo advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, ressaltou que o intuito da comissão não é fazer a defesa de nenhuma das partes envolvidas no processo, mas, sim, avaliar as condições em que os recursos públicos foram e estão sendo alocados pelo Estado na empresa.

Na sequência, o presidente realizou questionamentos relativos ao valor do passivo trabalhista da empresa ao quadro atual de empregados. Em resposta, o advogado Matheus Brant informou que, com base no processo judicial em andamento, a empresa deve um montante de aproximadamente R\$4,4 milhões aos empregados e que, atualmente, não há nenhum empregado ativo.

Ainda em relação aos questionamentos e apontamentos, o deputado indagou ao diretor financeiro do BDMG sobre a motivação inicial da aquisição de participação acionária na Unitec, sobre o valor atual da participação e sobre os investimentos iniciais realizados no empreendimento. Em resposta, Otávio Lobão de Mendonça destacou a estrutura acionária da Unitec: 8% do BDMG, 40% do BNDES, 40% da Corporação América, 7% da Anatec e 3% da WS.

Em termos de valores, o montante total aportado pelo BDMG, desde 2012, é de aproximadamente R\$56 milhões, em valores nominais.

O presidente da comissão indagou sobre a participação financeira e o dispêndio de recursos pelo Estado, em alusão ao acordo firmado com a Unitec, para torná-la uma empresa operacional. Em resposta, o presidente da empresa informou que, do endividamento total da Unitec, R\$4 milhões se referem ao passivo trabalhista, R\$50 milhões são devidos a fornecedores, R\$500 milhões a credores financeiros, entre os quais BDMG, BNDES e Finep, perfazendo um montante de aproximadamente de R\$600 milhões. Informou que, para a empresa entrar em operação, seria necessário um investimento de aproximadamente de R\$250 milhões, valor possível de se captar no mercado, em razão do potencial da indústria de semicondutores no Brasil e do cenário atual de escassez de oferta de semicondutores nas cadeias produtivas globais.

Por fim, o presidente da comissão solicitou ao presidente da Unitec uma visita às instalações da empresa.

11ª Reunião Extraordinária – 28/10/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente, deputado Coronel Sandro, e dos deputados Duarte Bechir e Guilherme da Cunha, além do convidado Thiago Coelho Toscano, diretor-presidente da Codemge.

- Relato

Após os ritos de praxe da reunião da comissão, o presidente Coronel Sandro abriu a audiência pública, decorrente de requerimento de sua autoria, explicando que a empresa britânica Oxis Energy, que teve aportes do governo no Estado por meio da Codemge, entrou em “*administration*”, um processo semelhante à falência. A comissão convidou o diretor-presidente da Codemge para esclarecer como se deu a participação do Estado na empresa e quais as perspectivas de sua recuperação frente ao processo falimentar.

Thiago Toscano agradeceu a oportunidade da comissão para trazer luz ao problema enfrentado pela Codemge e se disponibilizou a explicar também outros investimentos feitos em gestões anteriores que geraram prejuízos. Salientou que o caso mostra a necessidade de se rever o posicionamento da empresa de fazer investimentos cabíveis ao setor privado.

O diretor explicou que a empresa fez dois tipos de aportes, direto e indireto. No aporte indireto, foi feita licitação para criação de um fundo que fizesse aportes em várias empresas (fundo de participações). A Codemge aportou cerca de R\$100 milhões nesse fundo (Aerotec), e uma empresa chamada Confrapar, que é a gestora do fundo, aportou cerca de R\$14 milhões. O fundo, assim, fez diversos aportes em empresas privadas, entre os quais na Oxis UK, no valor de 100 milhões de libras esterlinas – o que correspondia à época o valor de R\$30 milhões, hoje R\$50 milhões. A empresa detinha, supostamente, uma série de patentes de baterias de lítio, e como contrapartida investiria na Oxis Brasil, uma subsidiária de investimento direto da Codemge, que teria o objetivo de construir uma fábrica em Juiz de Fora para produção de bateria. Conforme o arranjo relatado por Toscano, a Oxis Brasil compraria os insumos da Oxis UK, e produziria e comercializaria as baterias no mundo.

Thiago Toscano explicou que, quando assumiu a posição na Codemge, houve pressão da gestora para realização de mais aportes, embora a Confrapar já

soubesse da situação falimentar da Oxis UK, não informando esse fato relevante à estatal. Recebendo a notícia da *administration*, a Codemge tomou as medidas de extinguir a empresa subsidiária Oxis Brasil. Em relação à Oxis UK, ele informou que foi feito pedido junto aos administradores judiciais para figurar como credores das patentes no caso de venda, mas que não há esperança para recuperação do investimento. Relatou ainda que, nas investigações que procedeu sobre a participação da Codemge na empresa britânica, descobriu que, à época em que foi feito o investimento, o patrimônio líquido da Oxis Energy UK era negativo. Apontou que a gestora, ao conhecer e encobrir os fatos, poderia estar tentando, na verdade, usar o dinheiro do Estado para salvar a empresa.

Em relação à fábrica que seria criada em Juiz de Fora, Toscano informou que o Estado fez um contrato sem cláusula de saída, responsabilizando-se pelo pagamento de aluguel de galpão da Mercedes Benz, no valor de R\$260 milhões. Em negociação considerada de sucesso pelo diretor, a Codemge rescindiu o contrato pelo valor de R\$380 mil, pagos a título de ressarcimento de obras à Mercedes.

O deputado Coronel Sandro entendeu que a situação foi esclarecida e disse ter se tratado, desde o início, de um golpe do qual o Estado foi vítima. Questionou se houve contratação de algum escritório de advocacia especializado no Reino Unido para acompanhar o caso e tentar recuperar o crédito. Indagou se todo o investimento foi feito no governo Pimentel. Sobre a primeira indagação, Toscano respondeu que o acompanhamento está sendo feito pela equipe interna da empresa, uma vez que o custo não se justificava perante a quase impossibilidade de recuperação do valor investido. Disponibilizou-se a entregar documentos comprobatórios dessa análise. Em relação à segunda pergunta, respondeu que o investimento foi feito no governo Pimentel, porém houve aportes obrigatórios ao fundo, que é regulado pela CVM, no início da gestão Zema.

O deputado Guilherme da Cunha destacou que o Estado efetivou ou foi cúmplice de um golpe que vitimou a população mineira, com alocação de recursos públicos em investimentos mal planejados ou mesmo desviados. Ressaltou ainda que Toscano, ao usar verbos em primeira pessoa, deixou confusa qual foi a atuação da atual gestão da Codemge nesse investimento. O diretor respondeu que fala em nome da instituição, por isso usa a primeira pessoa, mas que o processo foi iniciado em 2018, na gestão anterior, do governador Fernando Pimentel. Disse que no governo Zema, embora já houvesse diretriz para o desinvestimento no fundo, os gestores

tiveram que fazer aportes restantes obrigatórios ao Aerotec, conforme regramentos da CVM levantados em parecer jurídico.

O deputado Guilherme da Cunha perguntou ainda se já há auditoria contratada para investigar os demais investimentos feitos na época. Toscano respondeu que em vários processos, que ele se dispôs a trazer para a comissão, há situações de irregularidade tão flagrantes que dispensam a necessidade de auditoria, a exemplo do investimento no Expominas de São João Del-Rey, onde foram feitos gastos substanciais em imóvel que não era do Estado. Conforme o gestor, o que tem sido feito neste momento, em relação aos fundos Aerotec e Biotech, é a investigação de possíveis irregularidades na sua contratação e gestão. Enfatizou ainda que as receitas do nióbio encobrem o real prejuízo de R\$300 milhões da Codemge. Nesse sentido, as ações de desinvestimento da empresa que vêm sendo questionadas, são, conforme o gestor, uma tentativa de recuperar o que já foi “privatizado”.

O deputado Coronel Sandro agradeceu as explicações e deixou aberta a possibilidade de chamada para novos esclarecimentos ou apresentação de documentos sobre a situação dos investimentos da empresa.

12ª Reunião Extraordinária – 2/12/2021

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente, deputado Coronel Sandro, o deputado Guilherme da Cunha, além de Tânia Mara Aparecida Costa Santos, gerente de Energia da Fiemg, representando Flávio Roscoe Nogueira, Guilherme Augusto Duarte de Faria, secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico, e Pedro Magalhães Bifano, diretor-presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais.

- Relato

O presidente da comissão abriu a reunião com esclarecimentos de que seu objetivo era apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater o diagnóstico das operações da Gasmig no Estado, incluindo cronograma de investimento, com a presença da Gasmig, da Fiemg e das empresas consumidoras de gás natural.

Na sequência, o deputado Coronel Sandro teceu considerações iniciais sobre o tema e sobre as atividades e respostas de requerimento enviadas à comissão.

Informou também que, para aquela audiência, haviam sido convidados o secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas Energia, Rafael Bastos da Silva, e o sócio gestor da Inter B, consultoria internacional de negócios, Cláudio Fischer, que não se fizeram presentes.

Em uma análise focada na temática das privatizações e principalmente no Programa Mineiro de Desestatização, o secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Augusto Duarte de Faria, destacou o artigo 173, da Constituição Federal, que discorre acerca da “exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei”. Nesse sentido, levantou alguns apontamentos sobre a infração à lei com a participação do Estado de Minas Gerais em empreendimentos privados. Apresentou informações relativas ao monopólio da Gasmig na distribuição de gás natural em todo o território de Minas Gerais até o ano de 2053, e à atuação da Companhia em somente 36 municípios, de um total de 853 em todo o Estado. Além disso, exibiu as estimativas com base no cenário configurado em aproximadamente 61 mil clientes, com receita líquida de R\$1,6 bilhão, R\$0,2 bilhão de lucro líquido, 160 empregados, 1.341 km de redes de transmissão e *ebitda* de R\$0,4 bilhão. Esse e os demais estudos em andamento revelavam a possibilidade de abertura de capital da Gasmig, subsidiária do grupo Cemig, em torno de 99,6%, e o restante, residual, vinculado à Prefeitura de Belo Horizonte.

No panorama da distribuição do gás no Brasil, com base no artigo 25, § 2º, da Constituição Federal, “cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado”. Em vista disso, o secretário adjunto realizou uma análise comparativa entre as distribuidoras de gás estatais e privatizadas, diagnosticando a disparidade do número de clientes, municípios atuantes e extensão da rede de transmissão. Em sua abordagem, analisou as distribuidoras de São Paulo e do Rio de Janeiro, privatizadas em 1997 e 1999, respectivamente, em contraponto com as distribuidoras estatais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em síntese, destacou que a situação da Gasmig se deve ao *status* de subsidiária, de refém da Lei nº 13.303, de 2016, e de todo o marco que rege a atuação das estatais, o que dificulta sua competitividade, robustece sua burocracia e limita suas potencialidades de investimentos. Assim, pontuou que a privatização favoreceu o

avanço da distribuição de gás natural em outros estados em detrimento daqueles que permaneceram com a atividade sob domínio público. Ademais, sob a ótica da regulação estadual e no aspecto do aumento da capilaridade da empresa e de seus investimentos, informou sobre o 2º ciclo de revisão tarifária da Gasmig, que deve se caracterizar como projeto robusto, que atenda de fato a iniciativa privada e expanda sua capacidade de distribuição para novos eixos em Minas Gerais.

Por fim, destacou que o gás natural é um combustível de transição energética, que contribui para uma economia mais limpa e traz maior competitividade para a indústria mineira. Nesse sentido, enfatizou a importância do livre mercado do combustível no Estado, concebido por meio de projeto de lei, que vise solicitar autorização para a privatização da companhia ou a abertura do seu capital. Segundo ele, isso permitiria a captação de investimentos e melhoraria questões de governança, inerentes ao setor privado, com intuito de reduzir custos e avançar no desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Após a apresentação do secretário adjunto, o deputado Coronel Sandro questionou sobre o andamento dos estudos de modelagem de privatização da Gasmig. Em resposta, Guilherme Faria informou que as análises estão sendo realizadas diretamente pela Cemig, que visa avaliar a alternativa de abertura de capital sem a perda de controle. Essa opção, esclareceu, consiste em um caminho transitório entre o controle estatal indireto e a entrada da iniciativa privada, uma vez que o Estado não detém, até então, autorização legislativa para realizar a alienação do controle da empresa.

Ainda sobre os estudos de modelagem da privatização da Gasmig, o deputado Coronel Sandro indagou se a via da abertura de capital no futuro poderia inviabilizar o processo de privatização total da empresa. Nessa lógica, o secretário adjunto explicou que a abertura do capital possibilitaria duas situações futuras. A primeira seria o aumento do valor de venda do ativo completo, o que poderia sofrer um pouco mais de resistência, inclusive do setor privado, pelo desconhecimento sobre a empresa até então. Sob outra ótica, a abertura parcial do capital poderia trazer a iniciativa privada para dentro da empresa, de forma que conheça de fato o potencial de crescimento da Gasmig, estimulando uma maior concorrência e uma futura alienação.

Outro ponto levantado pelo deputado Coronel Sandro foi a colocação de duas procuradoras do Ministério Público de Contas em audiência pretérita, quando

fizeram algumas acusações ao Estado de Minas Gerais, na tentativa, segundo o parlamentar, de impedir o processo de desinvestimento e de privatizações. O deputado descreveu que as procuradoras declararam que o Estado estaria privatizando empresas sem a devida autorização legislativa, por meio de sua extinção, sem a observância da legislação pertinente que rege o assunto. Diante disso, o secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico esclareceu que o posicionamento do Estado diverge do entendimento das procuradoras. Em resposta formal, encaminhada a elas, informou que a interpretação apresentada para a legislação e o decreto federal é equivocada.

Na referida resposta, o secretário adjunto apontou que emitiu a decisão alinhado ao Supremo Tribunal Federal, embasado no conceito de desinvestimento, que não necessita de autorização legislativa e, por conseguinte, não significa esvaziamento da competência do Parlamento. Um exemplo disso, como citado por ele, é o da Codemge, que detém vários ativos nos quais ela é investidora, de maneira que o ativo não representa a empresa. Já no aspecto das subsidiárias, a Codemge tem a Codemig como sua subsidiária, razão pela qual é necessário enviar à Assembleia Legislativa um projeto de lei que solicita autorização para alienação desse ativo, condição que também se aplica à Gasmig, de modo que, para ele, se faz impreterível a alteração da Constituição do Estado. Nesse sentido, pontuou que o Estado detém a competência para ditar uma política de desestatização, amparada na Lei nº 23.304, de 2019, (que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências), em robusta fundamentação jurídica e técnica e no Conselho Mineiro de Desestatização.

Por sua vez, o diretor-presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais, Pedro Magalhães Bifano, iniciou sua manifestação evidenciando o número de clientes da Gasmig, que, em 2021, atingiu 72 mil, entre os quais poucos são industriais e comerciais, apesar do alto consumo. Já no aspecto financeiro, exibiu o resultado ascendente dos últimos cinco anos, no qual houve uma queda em 2019 devido à antecipação da compra da distribuição do gás no Estado pela Gasmig por mais 30 anos de concessão. Posteriormente, a partir de 2023, declarou que serão pagos mais R\$900 milhões nessa negociação. Ele destacou ainda a receita operacional bruta e o lucro líquido da Gasmig até o 3º trimestre de 2021, tratou do processo de privatização da Gasmig e das negociações com a Bolsa de Valores de São Paulo, a B3.

Sobre a temática do processo de privatização da companhia, o presidente se posicionou sobre a necessidade de se privatizar a Gasmig sob a ótica da otimização burocrática e da oferta do gás natural de maneira mais competitiva no mercado, em vista do cenário mundial. Detalhou que o modelo de privatização estudado consiste na venda de 30% da Gasmig e de 21% da Cemig, porém com a manutenção do controle da companhia pelo Estado, por meio de acordo de acionistas, que teriam poder de veto.

Nessa perspectiva e no modelo pensado, o diretor-presidente informou que a Gasmig ingressaria ao mercado com uma valorização de aproximadamente R\$6 bilhões a R\$8 bilhões. Desse valor, R\$4 bilhões ficariam para o Estado, que seria obrigado a investir na rede de gasodutos, somando benefícios à própria companhia. Na opinião dele, com a ampliação da rede mineira de gasodutos e a venda do gás natural a um preço mais competitivo, os principais consumidores de Minas Gerais seriam beneficiados, com destaque para a siderurgia e a mineração, e haveria a expansão do mercado de gás natural veicular – GNV – e do gás natural comprimido – GNC.

Pedro Bifano destacou ainda projeto de desestatização da Eletrobrás, em que evidenciou a oportunidade de novos gasodutos para Pará de Minas, e o projeto de implantação de termelétricas na Região Sudeste. Por fim, reforçou a importância de se privatizar a Gasmig pelos benefícios que estariam vinculados a esse processo.

Em seguida, a palavra foi conferida a Tânia Mara Aparecida Costa Santos, gerente de Energia da Fiemg, que discorreu sobre a Proposta para o Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural em Minas Gerais. Em uma análise geral, abordou o processo de privatização ocorrido nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e comentou sobre a questão da revisão dos contratos dessas concessões. Ademais, destacou o Projeto de Lei nº 2.274/2020, encaminhado à Assembleia Legislativa, que pretende incorporar à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae – as competências de agência reguladora para o gás canalizado em Minas Gerais, com o intuito de se obter maior autonomia e independência para o cumprimento de suas atribuições.

Outro tema debatido pela gerente de Energia da Fiemg foi a necessidade de a Gasmig implementar uma redução tarifária e promover a abertura do mercado livre de gás natural no Estado, que, junto com a expansão da rede de

gasodutos, aumentaria a competitividade e o atendimento à demanda reprimida. Nesse sentido, ressaltou os resultados diretos desses aspectos sobre a ampliação dos negócios da companhia, o aumento de competitividade para a indústria mineira, a geração de emprego e renda, o aumento da arrecadação tributária e de exportações, além da potencialização do crescimento econômico do setor e do Estado.

Ao final da apresentação, o deputado Coronel Sandro levantou questionamentos acerca da demanda reprimida de 1 milhão de metros cúbicos de gás e sobre o atual custo do metro cúbico. Em resposta, foi destacado que o preço atual do metro cúbico está em torno de R\$2,70; mas, com a revisão tarifária, pretende-se que a companhia tenha um dos cinco menores preços por metro cúbico do País.

Em seguida, o secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico fez considerações relativas à minuta do contrato padrão para o mercado livre, que informou estar praticamente finalizada com as considerações da consulta pública, que será publicada em breve. Em relação a revisão tarifária, informou que os prazos para apresentação de sugestões já haviam sido comunicados à Fiemg. Também antecipou que em janeiro está prevista a finalização do plano de expansão da Gasmig, que representa uma das etapas dessa revisão tarifária. Por fim, no tocante ao projeto de lei mencionado pela representante da Fiemg, destacou que a secretaria já fez manifestação técnica sobre os pontos colocados pela consultoria da Assembleia, mas que esse documento ainda estava na Secretaria de Estado de Governo, de onde seria encaminhado ao Parlamento.

1ª Reunião Extraordinária – 15/2/2022

- Apresentação

Participaram da audiência pública realizada em 15/2/2022 o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e os deputados Hely Tarquínio e Mauro Tramonte.

Além dos parlamentares, estiveram presentes como convidados Daniel Lage da Assunção, superintendente de Estruturação de Projetos e Municípios do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG; Áurea Carvalho, gerente de Estruturação de Projetos do BDMG; Rômulo Martins de Freitas, diretor indicado do BDMG; Fernanda Alen Gonçalves da Silva, chefe do Núcleo de Estruturação de

Projetos da Coordenadoria Especial de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra; e Marcelo Ângelo de Paula Bomfim, diretor-presidente do BDMG.

- Relato

Inicialmente, o deputado Coronel Sandro, presidente da comissão, anunciou que a reunião destinava-se a debater o programa de concessões de rodovias mineiras.

Dada a palavra a Fernanda Alen Gonçalves da Silva, representante da Seinfra, esta deu início a sua apresentação, destacando que Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do País e que recursos para sua manutenção são imprescindíveis. Segundo ela, no entanto, diante da crise fiscal na qual a administração pública estadual se encontra, a conjuntura é de um espaço reduzido para investimentos. Ela acrescentou que, na busca de alternativas, a Seinfra realizou pesquisas bibliográficas na literatura afeta ao tema, encontrando uma possível solução nas parcerias público-privadas, haja vista a eficiência da gestão privada especialmente em São Paulo, estado com maior número de concessões de malhas rodoviárias. Desse modo, pontuou que as evidências empíricas fundamentaram o programa adotado por Minas Gerais, com destaque para as parcerias com o BDMG e o BNDES.

Adicionalmente, a representante da Seinfra informou que serão realizados investimentos que totalizam R\$13,5 bilhões, divididos em sete lotes, quais sejam: Lote 1 – Triângulo Mineiro; Lote 2 – Sul de Minas; Lote 3 – Varginha-Furnas; Lote 4 – São João del-Rei; Lote 5 – Itapeçerica-Lagoa da Prata; Lote 6 – Arcos-Patos de Minas; e Lote 7 – Ouro Preto. No que se refere às frentes, haverá investimentos desde os serviços iniciais (recapeamento, renovação da pintura, etc), recuperação e obras de ampliação de capacidade, até as ações de manutenção. Por fim, ela detalhou, por lote, os investimentos, os serviços, as estatísticas, a modalidade e o critério de licitação, além de indicar o cronograma de cada um.

O deputado Coronel Sandro questionou a chefe do Núcleo de Estruturação de Projetos se os investimentos ingressariam nos cofres do Estado ou seriam utilizados pelas concessionárias ao longo de 30 anos. Em resposta, Fernanda Alen informou que mais de 60% dos lotes são contemplados no primeiro ciclo de investimento — do 5º ao 8º ano de concessão —, quando as concessionárias já detêm

as licenças para realizar as obras. Nesse sentido, pontuou que tal medida é economicamente proveitosa para o Estado, pois as obras de ampliação de capacidade e de recuperação, consideradas mais onerosas, serão realizadas pelas concessionárias com seus próprios recursos.

O deputado Coronel Sandro indagou novamente se haveria um pagamento inicial ao erário pela eventual vencedora da licitação. Fernanda Alen, então, destacando a diferença entre privatização e delegação, informou que foi essa última a opção adotada pelo governo mineiro. Nela, o Estado continua responsável pelas rodovias, inclusive em sua função fiscalizadora. Ela acrescentou que o critério do processo licitatório envolve um hibridismo: a busca pela menor tarifa rodoviária e, em caso de empate, o maior valor de outorga acertado com o poder público.

Em seguida, o presidente da comissão lembrou que o Estado de Minas Gerais é o primeiro em número de acidentes em âmbito rodoviário; nessa linha, perguntou a quem caberia a responsabilidade por eventuais reparações ou indenizações de acidentes ocorridos em rodovias concedidas. A representante da Seinfra esclareceu que nessas situações é feita uma análise sobre a causa do acidente (se por negligência dos condutores ou por deficiências na execução de obras obrigatórias por parte da concessionária). Acrescentou, ainda, que os contratos preveem a responsabilização por terceiros, mas que desconhece ajuizamentos de demandas nesse sentido.

A seguir, Fernanda Alen foi questionada pela presidência da comissão acerca do valor do pedágio quando comparado à qualidade da rodovia. Ela respondeu que o modelo de concorrência e os critérios utilizados na licitação contribuem para a redução do valor da tarifa. Destacou, também, a possibilidade de reversão de receitas acessórias, em que parte é revertida à redução tarifária, assim como a existência de desconto para usuários frequentes, isto é, à medida que se usa, diminui o valor cobrado nos pedágios.

Na sequência, o deputado Coronel Sandro, considerando o excesso de chuvas ocorridas do final de 2021 e os prejuízos delas decorrentes, indagou se houve alteração tanto no prazo quanto no valor das concessões. Fernanda Alen esclareceu que o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – atuou de forma pró-ativa na execução de obras emergenciais, cujos encerramentos se darão antes da assinatura dos contratos. Complementou que cabe

exclusivamente ao concessionário analisar toda a malha rodoviária para, enfim, apresentar a proposta econômica.

Outro ponto levantado pelo presidente da comissão foi a eventual existência de valor de outorga e se isso seria fator prejudicial ao andamento do processo. A Seinfra informou que a escolha do critério híbrido é para, de modo preferencial, favorecer a redução tarifária. Assim, caso ocorra empate no primeiro critério de julgamento das propostas, o maior valor de outorga será o vencedor da licitação e os recursos ingressarão no Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes.

No que tange à estruturação do programa, o deputado Coronel Sandro questionou sobre as regiões do Vale do Rio Doce, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, que nele não foram contempladas, apesar de suas rodovias apresentarem condições precárias. A chefe do Núcleo de Estruturação de Projeto informou que, diante dos investimentos da iniciativa privada, cria-se espaço fiscal para redirecionamento de recursos públicos às rodovias mencionadas pelo parlamentar. Quanto à lógica do estabelecimento das praças de pedágio, Fernanda informou que a determinação é feita pelo estudo de tráfego (rotas de fuga) e pela análise de topografia (possibilidade de construção de praças de pedágio).

Por fim, a palavra foi direcionada ao representante do BDMG, Daniel Lage da Assunção, superintendente de Estruturação de Projetos e Municípios, que informou sobre os benefícios do lote Ouro Preto, notadamente os relacionados ao desenvolvimento econômico da região: incentivo ao turismo local, redução da dependência econômica da mineração, geração de emprego e de renda. Na sequência, o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, agradeceu aos presentes pela participação e determinou o encerramento da audiência.

2ª Reunião Extraordinária – 24/2/2022

- Apresentação

Participaram da audiência o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e o deputado Guilherme da Cunha. Além deles, estiverem presentes, como

convidados, Antônio Claret de Oliveira Júnior, diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae; e Lília Aparecida de Castro, superintendente de Saneamento Básico da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.

- Relato

Inicialmente, o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, anunciou que a audiência destinava-se a debater e analisar com a Copasa, a Arsae e o Instituto Trata Brasil o atual diagnóstico do saneamento básico no Estado e sua necessidade de expansão e de investimentos.

Em seguida, o deputado Guilherme da Cunha expôs sua insatisfação diante da ausência de representantes da Copasa na audiência. Criticou, ainda, a falta de investimentos na área de saneamento básico pelo poder público em face de dados obtidos através do Instituto Trata Brasil. Destacou, por fim, o Novo Marco Legal do Saneamento – Lei Federal nº 14.026, de 2020 – e a possibilidade de expansão de investimentos promovidos pela iniciativa privada, o que foi ratificado pelo presidente da comissão.

Dada a palavra à superintendente de Saneamento Básico da Semad, Lília Aparecida de Castro, esta ressaltou a proposta de regionalização encaminhada à Casa, o projeto de lei nº 2.884/2021 que institui as unidades regionais de saneamento básico no Estado, agrupando os 853 municípios do Estado em 22 unidades regionais de água e esgoto e em 34 unidades regionais para a gestão de resíduos sólidos, em atendimento à obrigação imposta pelo Novo Marco Legal do Saneamento, Lei nº nº 14.026, de 2020. Este agrupamento de municípios busca promover a sustentabilidade técnica e financeira para realização de ações conjuntas que visam o cumprimento dos prazos da universalização previstos no Novo Marco: 99% da população brasileira com abastecimento de água e 90% com coleta e tratamento esgoto até 2033, inclusive em áreas rurais. Também tem como objetivo fazer com que municípios com indicadores socioeconômicos mais baixos possam atrair investimentos ao serem associados a cidades maiores ou regiões metropolitanas. Acrescentou a informação de que a universalização do saneamento custaria ao Estado cerca de R\$19,5 bilhões. Quando questionada pelo deputado Guilherme da Cunha sobre o critério de definição dos blocos, a superintendente explicou que a unidade principal de referência utilizada foi a das bacias hidrográficas e, secundariamente, as

regiões com populações inferiores a 300 mil habitantes. Além disso, destacou dois blocos específicos: Bacia do Paraopeba e Bacia do Vale do Rio Doce, que contam com recursos oriundos da compensação do rompimento das barragens.

Na sequência, a representante da Semad recebeu indagações do deputado Coronel Sandro a respeito da adesão ao bloco regional. Ela esclareceu que se trata de algo facultativo, não vinculado, e que os municípios podem optar pela não adesão, situação em que ficam impedidos de receber recursos federais para investimento em saneamento, ainda que a obrigatoriedade da universalização até 2033 se mantenha. Com relação à estrutura de governança das unidades regionais, informou que a proposta contempla três instâncias – executiva; colegiada e deliberativa; e regulatória – nas quais os municípios possuem um alto grau de autonomia.

A seguir, a presidência da comissão concedeu a palavra ao diretor-geral da Arsae, Antônio Claret de Oliveira Júnior, que destacou alguns resultados, entre os quais a revisão da conta da Copasa em 1,5%, a devolução de R\$500 milhões aos consumidores e a institucionalização de multa a ser aplicada pela agência. Salientou também que, com a abertura à participação da iniciativa privada, houve uma expansão dos investimentos em 15 vezes, quando comparada a exercícios anteriores, na área de saneamento básico.

No que se refere às tarifas, o deputado Guilherme da Cunha questionou o representante da Arsae acerca da definição do valor por parte da empresa privada. Antônio Claret esclareceu que a legislação federal prevê obrigatoriedade na existência de agências reguladoras, responsáveis por definir a tarifa em um primeiro momento. Entretanto, pontuou que o próprio edital de licitação pode dispor sobre as políticas tarifárias, sobretudo quanto ao valor a ser praticado pelas concessionárias.

Por fim, o presidente da comissão reforçou a importância da participação do capital privado nas políticas de saneamento básico, notadamente em relação à universalização dos serviços essenciais de abastecimento de água e de tratamento de esgoto.

3ª Reunião Extraordinária – 3/3/2022

- Apresentação

Participaram da audiência o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da

Cunha, Duarte Bechir e Zé Reis. Além deles, esteve presente, como convidado, Fernando Antônio Ribeiro Soares, assessor da Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

- Relato

O presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, anunciou que a reunião destinava-se a debater a Lei Federal nº 14.182, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras, suas repercussões e as possibilidades de atração de investimentos para o setor elétrico no Estado.

Dada a palavra a Fernando Antônio Ribeiro Soares, assessor da Presidência da Eletrobras, este elencou os requisitos constitucionais para a criação de uma empresa estatal e argumentou que o setor elétrico brasileiro já está maduro, muito em virtude da institucionalização da Aneel, em 1996, responsável por realizar a regulação setorial. Por esse motivo, o Estado deveria abandonar a função empreendedora e assumir a função reguladora. Além disso, tendo em vista a incapacidade financeira e orçamentária do Poder Público para realizar investimentos no setor elétrico, uma alternativa seria optar pela privatização, pois, dessa forma, abrir-se-ia espaço fiscal para a realocação de recursos em outras políticas públicas, como educação, saúde e segurança pública. Ele acrescentou, ainda, a perda de participação da Eletrobras no mercado brasileiro em virtude da escassez de investimentos.

Feitas essas considerações, o deputado Guilherme da Cunha levantou questionamentos acerca do volume de investimentos estimados para a garantia do fornecimento sustentável de energia. Em resposta, o representante da Eletrobras destacou a necessidade de se triplicar sua capacidade, que atualmente é de R\$4,5 bilhões ao ano. O parlamentar perguntou sobre a avaliação da redação final da lei federal que dispõe sobre a desestatização da empresa, e Fernando Soares informou que não houve grandes modificações no âmbito da Eletrobras, mas recomendou a separação entre o processo de privatização e o processo de regulação setorial.

Por fim, o deputado Coronel Sandro questionou o representante da Eletrobras sobre o *status* da produção de energia nuclear. Fernando Soares esclareceu, a princípio, que essa fonte no País é monopólio da União e que, diante da legislação vigente, não é permitido capital privado para geração de energia nuclear no Brasil. Por outro lado, segundo ele, se a Eletrobras fosse privatizada, o controle da Eletronuclear,

responsável pelas usinas de Angra I e Angra II, seria transferido à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – EnbPar. Acrescentou ainda que se a Eletrobras for privatizada deverá pagar à União, a título de bônus de outorga, cerca de R\$25 bilhões. Além disso, salientou que a ideia é transformar a Eletrobras em uma empresa privada sem controlador definido, ainda que a União tenha direito ao veto em deliberações de governança.

4ª Reunião Extraordinária – 10/3/2022

- Apresentação

Participaram da reunião o vice-presidente da comissão, deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha, Duarte Bechir e Celinho Sintrocel. Além deles, marcaram presença, como convidados, José Carlos Cassaniga, diretor executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; Marcello da Costa Vieira, secretário de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura; Maurício Drummond Uzeda, chefe da Assessoria de Relações Parlamentares da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e Renan Essucy Gomes Brandão, superintendente de Concessão da Infraestrutura da ANTT.

- Relato

Inicialmente, o deputado Bruno Engler anunciou que a reunião destinava-se a debater o processo de concessão do sistema rodoviário da BR-381/262.

Dada a palavra a Marcello da Costa Vieira, secretário nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura, este informou que a carência de recursos da União dificulta os investimentos na manutenção e ampliação do sistema de transportes, que encontram uma alternativa nos projetos de concessões e privatizações. O secretário destacou que a BR-381 é um caso emblemático, pois a rodovia possui uma notável importância no âmbito logístico. Entretanto, pontuou que houve um recuo do governo federal no andamento desse projeto, motivado pela necessidade de estudo e realinhamento dos critérios da proposta do leilão, para que seja viável economicamente à iniciativa privada.

Em seguida, o deputado Bruno Engler perguntou ao secretário sobre a garantia da oferta e da execução dos serviços prometidos pela concessionária vencedora da licitação. Marcello Vieira esclareceu que, diferentemente de como era

feito anteriormente, a modelagem que está sendo implementada pelo governo federal identifica e aloca os riscos próprios do negócio da concessão. Desse modo, são introduzidos dispositivos inovadores, como a integração dos bancos financiadores no processo de negociações, de modo a se garantir mais segurança no acordo entre os envolvidos.

Reforçando esses argumentos, Renan Brandão, superintendente de Concessão da Infraestrutura da ANTT, ratificou a escolha da readequação do edital, em virtude dos obstáculos globais — pandemia de Covid-19 e guerra entre Ucrânia e Rússia —, uma vez que esses eventos impactam diretamente o cumprimento dos investimentos ora exigidos.

5ª Reunião Extraordinária – 24/3/2022

- Apresentação

Participaram da audiência pública o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e os deputados Carlos Pimenta e Cristiano Silveira. Além deles, estiverem presentes, como convidados, Sílvio Saldanha de Souza, presidente da Associação dos Mutuários de Minas Gerais; Weber Dias Oliveira, diretor-presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab; e Henrique Oliveira Carvalho, Superintendente de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional da Sedese.

- Relato

A presidência da comissão informou que a reunião destinava-se a debater a situação atual e as perspectivas da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas –, bem como o processo para sua possível desestatização.

Dada a palavra ao deputado Carlos Pimenta, este afirmou reconhecer o trabalho desenvolvido pela Cohab desde sua criação, mas demonstrou preocupação com a atuação da empresa, especialmente no cenário posto, de ausência de recursos. O parlamentar questionou ainda a abrangência do funcionamento da companhia, se ela funcionará nos moldes antigos, atuando diretamente nos empreendimentos, ou se prestará apenas serviços de assessoramento para que as construções sejam realizadas. O deputado Cristiano Silveira, por sua vez, lembrou que a moradia é um direito

previsto na Constituição Federal e, por esse motivo, afirmou não ser interessante a privatização da companhia.

Em seguida, a palavra foi direcionada ao diretor-presidente da Cohab, Weber Dias Oliveira, que pontuou que, desde que assumiu a gestão, trabalha para a recuperação econômico-financeira da empresa, que sofre com a ausência de recursos do governo federal e com a inadimplência dos mutuários, que chega a 80%. Weber registrou também que, muito embora tenha dificuldades financeiras, a Cohab contribui significativamente para a execução das políticas públicas da Sedese.

Quando questionado pelo deputado Coronel Sandro acerca do déficit habitacional em Minas Gerais, o diretor-presidente da Cohab esclareceu que há um compromisso no cumprimento do plano de negócios da empresa, mas reconheceu que, nos termos definidos, a companhia se mantém insuficiente para equacionar o déficit. Complementou que a prioridade da Cohab é a valorização dos ativos da empresa, que não atua apenas na entrega de unidades habitacionais, mas desempenha também outras atividades, como as regularizações fundiárias.

Com relação aos dois fundos que estão sendo criados para captação de recursos, o deputado Carlos Pimenta indagou o representante da Cohab sobre seus componentes. Weber esclareceu que se trata de um fundo de investimento imobiliário (imóveis da Cohab) e outro para negociação dos direitos creditórios da autarquia. Em seguida, o deputado Cristiano Silveira apresentou uma série de questionamentos relacionados ao orçamento da Cohab e à suspensão do programa Parcerias por parte da empresa. Em resposta, Weber pontuou que cabe ao Poder Executivo a distribuição de recursos orçamentários. Além disso, explicou que a suspensão mencionada ocorreu em virtude da inadimplência da Cohab frente ao cadastro da Receita Federal, o que impossibilitava a participação da empresa no programa.

Com a palavra, o representante da Sedese, Henrique Oliveira Carvalho, destacou que o déficit habitacional não é exclusividade de Minas Gerais, mas está presente em todo o País. Ele sugeriu a participação de diferentes atores, tanto políticos como representantes da sociedade civil, para encontrar novas formas de gerar recursos. Na sequência, Milton Mendes de Araújo, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de BH e Região – Marreta – e servidor da Cohab há 54 anos, se posicionou contrariamente à privatização da companhia e questionou a ausência de recebimento de recursos federais e estaduais.

6ª Reunião Extraordinária – 31/3/2022

- Apresentação

Estiveram presentes o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e os deputados Tito Torres, Sargento Rodrigues e Duarte Bechir.

- Relato

Por dificuldades com a agenda dos convidados a audiência pública acabou não sendo realizada.

7ª Reunião Extraordinária – 13/4/2022

- Apresentação

Participaram da audiência pública o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e os deputados Guilherme da Cunha e Mauro Tramonte. Esteve presente, também, como convidada, a economista Elena Landau, ex-diretora de Desestatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

- Relato

Inicialmente, o deputado Coronel Sandro anunciou que a reunião destinava-se a debater com a economista e consultora Elena Landau o processo de privatizações ocorrido na década de 1990 e suas lições para o presente.

Dada a palavra a Elena Landau, ela argumentou inicialmente que o desconhecimento é um dos principais fatores geradores de resistência. A desestimulação é acentuada porque três grupos somam-se contrariamente às privatizações: aqueles que têm interesses políticos em ocupar cargos de assessoramento e direção; os agentes públicos das empresas estatais, pois temem a demissão; e, por fim, os fornecedores das empresas estatais.

Para contextualizar a história das desestatizações, a economista destacou que, no caso brasileiro, a evolução da privatização ocorreu em duas etapas.

A primeira se deu com o entendimento principiológico do não intervencionismo do Estado na economia. Já a segunda está relacionada propriamente às privatizações dos serviços públicos, especialmente com a criação de agências reguladoras e com a aprovação da Lei nº 8.987, de 1995 – Lei de Concessões.

Segundo Elena Landau, é fundamental que não haja uma compreensão anacrônica do processo de desestatização. Em 1990, os serviços públicos estavam sucateados, e as empresas estatais, quando comparadas àquelas que foram submetidas a privatizações, apresentavam resultados muito inferiores. Entretanto, o cenário atual é distinto daquela época porque a discussão já está avançada e o processo já está, de alguma maneira, institucionalizado. Além disso, a professora ressaltou que, independentemente da clivagem ideológica dos governos, as privatizações nunca foram descontinuadas, justamente porque são ótimos mecanismos para atração de investimentos, sobretudo em situações de crise fiscal.

A seguir, o deputado Coronel Sandro indagou Elena Landau sobre a melhor maneira de lidar com a barreira ideológica que, por vezes, é posta à opinião popular. A economista reforçou o papel da comunicação, isto é, de se colocar em evidência, de forma traduzida para a sociedade civil, os benefícios decorrentes da privatização. Nessa mesma linha, o deputado Guilherme da Cunha dirigiu-lhe três questionamentos: qual seria a melhor estratégia para vencer a resistência política; como garantir a concorrência e evitar o surgimento de barreiras de entrada; e de que modo é precificado uma estatal. Em resposta à primeira questão, a professora destacou a importância de leis que vedem a interferência política. Quanto à competitividade no mercado, salientou o acompanhamento dos órgãos reguladores para que seja estimulada a competição. Por fim, a economista se posicionou favoravelmente a avaliações externas no cálculo dos preços, além de citar métodos nesse sentido.

Por fim, respondendo a questões levantadas por Maria Sandra Bastos Siqueira, por meio da plataforma disponibilizada pela Assembleia aos cidadãos, Elena Landau explicou que, com o Marco Legal do Saneamento, as empresas serão obrigadas a cumprir metas de universalização. Ela ressaltou que localidades mais remotas e menos atrativas economicamente serão contempladas com tarifas sociais e com o subsídio cruzado, em que alguns municípios arcarão com o prejuízo de outros.

- Apresentação

A audiência pública, sob a presidência do deputado Guilherme da Cunha, contou com a presença dos seguintes convidados: Fábio Paes Daibert, gerente do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro; Thiago Coelho Toscano, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Cohab; Raíssa Prates Ferrari, assessora de Comunicação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge; Degislaine da Silva Souza, subsecretária de Turismo da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult; Gabriel Ribeiro Fajardo, subsecretário de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra; Dirceu Joviano Ferreira, representante dos Vendedores Ambulantes da Rodoviária de Belo Horizonte; e Rafael Almeida de Oliveira, assessor da Secult.

- Relato

Inicialmente, o deputado Guilherme da Cunha anunciou que a reunião destinava-se a debater o processo de concessão do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip – e dos terminais metropolitanos e estações de transferência do Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

Dada a palavra a Gabriel Fajardo, subsecretário de Transportes e Mobilidade da Seinfra, este apresentou alguns dados sobre os terminais rodoviários estaduais, que chegam a abranger, diretamente, seis municípios da RMBH e, indiretamente, todo o Estado de Minas Gerais. Informou que os contratos de concessão dos terminais preveem desde atividades de requalificação até ações de monitoramento e comunicação. Acrescentou, ainda, que há previsão contratual que impede o aumento da tarifa ao usuário dos serviços rodoviários.

Em resposta aos questionamentos do deputado Guilherme da Cunha, Gabriel Fajardo esclareceu que dos três contratos de concessão executados pelo governo estadual, dois pertencem à Seinfra: Aeroporto da Pampulha e terminais rodoviários. Complementou que, à época, havia três editais publicados, inclusive o do Rodoanel. Quanto à recomposição tarifária, o subsecretário respondeu que o realinhamento das tarifas será baseado no IPCA, observando o intervalo de 12 meses.

A seguir, foi a palavra a Degislaine Souza e a Rafael Almeida, servidores da Secult, os quais ressaltaram a importância do contrato de concessão das

rodoviárias para crescimento do fluxo turístico. Rafael Almeida elogiou a proposta apresentada pela Seinfra, sobretudo em relação ao planejamento logístico (quadro de horários) e ao desenvolvimento da infraestrutura, que possibilitará o fomento do turismo no Estado.

Em seguida, o deputado Guilherme da Cunha indagou se haveria modificações imediatas quanto ao número de viagens e se já está dentro do planejamento do governo estadual a concessão de novas linhas de ônibus. O parlamentar também perguntou se haverá a possibilidade de utilização dos terminais para fins turísticos. Em resposta, Gabriel Fajardo informou que, inicialmente, será observado o número de passageiros para em seguida avaliar-se a ampliação do quadro de horários. Com relação ao segundo questionamento, o subsecretário informou que atualmente há legislação que veda a possibilidade de utilização de terminais rodoviários para outras finalidades distintas daquelas relacionadas às concessionárias de transporte coletivo.

Thiago Toscano, presidente da Codemge, empresa pública atualmente responsável pelo Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, argumentou que não haveria impasses na transferência do equipamento público à iniciativa privada, pois essa medida desoneraria os cofres públicos estaduais. Segundo o gerente do referido terminal, Fábio Paes Daibert, em regra, os resultados financeiros são superavitários, excetuando-se o período pandêmico de Covid-19, fator que reduziu significativamente o fluxo de passageiros.

Por fim, Dirceu Joviano Ferreira, representante dos vendedores ambulantes da Rodoviária de Belo Horizonte, demonstrou preocupação quanto à continuidade do trabalho do grupo e solicitou a inclusão dos vendedores ambulantes nas tratativas atinentes ao processo licitatório. Gabriel Fajardo, então, colocou sua equipe à disposição para receber e apreciar as reivindicações da associação.

9ª Reunião Extraordinária – 11/5/2022

- Apresentação

Participaram da audiência pública o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, o vice-presidente, deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha, e Duarte Bechir. Esteve presente, também, como convidada, Kellen Silva

Senra Nunes, assessora da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação.

- Relato

Inicialmente, a presidência da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater o suposto processo de privatização do ensino médio no Estado.

Dada a palavra a Kellen Silva Senra Nunes, assessora da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, esta apresentou os trabalhos desenvolvidos pela pasta para aperfeiçoar a rede estadual de ensino. Ela discorreu sobre o Projeto Somar, iniciativa que abrangeu três instituições de ensino: duas em Belo Horizonte e uma em Sabará. De acordo com a Kellen Nunes, as regras do chamamento público priorizaram as Organizações da Sociedade Civil – OSCs – as quais, por natureza, não possuem fins lucrativos. Quanto à gestão administrativa, ela informou que as escolas são geridas necessariamente por servidores efetivos da rede estadual de ensino. A assessora salientou que o projeto conta com duas comissões de monitoramento, responsáveis por acompanhar sistematicamente todo o plano de trabalho executado pela OSC, e, por fim, informou que as escolas permanecem públicas e gratuitas.

Em seguida, o deputado Coronel Sandro apresentou uma série de questionamentos à servidora. Sobre o eventual prejuízo aos professores, Kellen Nunes respondeu que os docentes que lecionavam nas escolas contempladas pelo projeto Somar foram remanejados para outras instituições de ensino. Quanto à avaliação da implementação e sua comparação com os modelos tradicionais, a assessora esclareceu que a análise é individualizada e leva em consideração indicadores relacionados à frequência e à evasão escolar.

Outra questão levantada pelo presidente da comissão foi o funcionamento do sistema de avaliação da rede estadual de ensino. Kellen Nunes explicou que, para subsidiar as intervenções da secretaria, desde 2019 há padronização nas avaliações, as quais se subdividem em sistêmicas e externas. As primeiras são compostas pela análise situacional diagnóstica dos estudantes e das escolas e por avaliações intermediárias. Já as segundas têm como objetivo mensurar o índice de desenvolvimento da educação básica no Estado, a exemplo do Simave.

Sobre o custo financeiro de cada aluno, a assessora informou que, para o Somar, o custo é de aproximadamente R\$4.500,00 *per capita*/ano. Quanto à quantidade de alunos, são necessários, no mínimo, 600 estudantes para viabilizar a

execução financeira do programa, levando em consideração, ainda, a capacidade e a infraestrutura da escola. Com relação ao processo de adesão das instituições de ensino ao projeto, Kellen Nunes informou que, além dos critérios preestabelecidos no edital de chamamento público, houve acompanhamento específico de trabalho pedagógico, atividade que envolveu a secretaria e suas superintendências regionais de ensino. Assim, após a definição das escolas, foi realizado um diálogo com a comunidade escolar e com os professores.

Por fim, a presidência da comissão solicitou a avaliação de Kellen Nunes em relação ao projeto. Ela ressaltou que ainda é necessário um período de adaptação, mas que a percepção inicial é de que a comunidade está recebendo bem a iniciativa. Assim, os resultados estão de acordo com as expectativas da pasta, principalmente em relação ao modo de gestão compartilhada.

10ª Reunião Extraordinária – 17/5/2022

- Apresentação

Participaram da audiência pública o vice-presidente da comissão, deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha, Duarte Bechir, Bartô e Laura Serrano. Além deles, estiveram presentes, como convidados, Vinícius Carlos da Silva, economista da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FDCL; Guilherme Augusto Duarte de Faria, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico; Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, vice-presidente da ACMinas; e Flávio Roscoe Nogueira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg.

- Relato

Inicialmente, a presidência anunciou que a reunião destinava-se a debater o processo de desestatização das economias brasileira e mineira e o papel do setor privado nesse processo, bem como sua importância e contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Dada a palavra a Flávio Roscoe Nogueira, presidente da Fiemg, este apresentou uma análise do histórico das privatizações no Brasil, sobretudo a partir da década de 1980. Argumentou que, diante da falta de capacidade de investimento pelo poder público, as desestatizações possibilitam a realocação de recursos financeiros

para outros subsistemas de políticas públicas. Em seguida, o deputado Guilherme da Cunha indagou-o sobre a capacidade de a indústria mineira, em um cenário de expansão das concessões e privatizações, acompanhar as demandas por insumos. O representante da Fiemg esclareceu que o parque industrial está preparado, pois ele atende não apenas Minas Gerais, mas sim todo o País. Para Flávio, a Gasmig e a Cemig deveriam ser prioridades no âmbito das privatizações, já que a indústria consome de forma significativa os insumos e serviços dessas empresas. Nessa mesma perspectiva, Luiz Antônio Vasconcelos, vice-presidente da ACMinas, ressaltou a importância de a agenda governamental conferir espaço à participação da iniciativa privada, especialmente na educação, no setor viário e na geração de energia limpa.

A seguir, Guilherme Augusto Duarte de Faria, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, apresentou o programa mineiro de desestatização, orientado por duas linhas de raciocínio: a primeira diz respeito a processos de desestatização de empresas onde o Estado atua de forma desnecessária e das quais sua saída geraria receita no fluxo de caixa governamental; a segunda diz respeito a empresas onde a iniciativa privada pode oferecer serviços qualitativamente superiores aos oferecidos pelo Estado, mas das quais sua saída não geraria uma receita elevada.

Em complemento, o secretário adjunto destacou casos de sucesso de privatizações no Estado, citando empresas que são prioritárias na agenda do governo, como Codemig e Codemge. No caso da Gasmig, apesar de o contrato de concessão encerrar apenas em 2053, a atuação da empresa – presente em 36 dos 853 municípios mineiros – está aquém do esperado quando comparada a outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. O secretário adjunto expôs, ainda, sua percepção em relação à Copasa: como concessionária estatal, atualmente a empresa não tem capacidade operacional para alcançar as metas estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico.

Finalmente, o deputado Guilherme da Cunha realizou uma série de questionamentos: a) qual seria o tempo necessário, após autorização legislativa, para o governo estadual viabilizar uma privatização; b) se é possível adiantar procedimentos antes da autorização da Assembleia Legislativa; e c) qual é o volume esperado de investimentos decorrentes de desestatizações. Em resposta, o secretário adjunto esclareceu que, em relação aos prazos, a análise é feita de modo casuístico, pois cada privatização possui uma modelagem distinta. Por outro lado, havendo a autorização legislativa, a expectativa é que a venda aconteça em até 6 meses. Quanto aos

investimentos, ele reconheceu a dificuldade de precisar os valores, mas informou que, para a Copasa, o volume estimado é de R\$25 a 30 bilhões; já para a Cemig, de R\$25 bilhões.

11ª Reunião Extraordinária – 24/5/2022

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente deputado Coronel Sandro e, como convidados, Cecília Fernandes de Vilhena, coordenadora do Núcleo de Projetos Especiais da Semad; Elce Maria Ribeiro, chefe de gabinete do Instituto Estadual de Florestas – IEF; e Degislaine da Silva Souza, subsecretária de Estado de Turismo.

- Relato

Inicialmente, o deputado Coronel Sandro anunciou que a reunião destinava-se a debater o Programa de Concessão de Parques Estaduais – Parc.

Na sequência, dada a palavra a Cecília Fernandes de Vilhena, coordenadora do Núcleo de Projetos Especiais do Núcleo de Projetos Especiais da Semad, esta apresentou o Programa de Concessão de Parques Estaduais, lançado em 2019. Nele, segundo a coordenadora, a governança é intersetorial e envolve o IEF, a Seinfra e a Secult, além de contar com a cooperação técnica do Instituto Semeia. Ela acrescentou que o programa tem como finalidade garantir concessão e parcerias em 20 unidades de conservação até 2026. Além disso, apresenta-se como uma alternativa de exploração turística capaz de atuar positivamente na economia do Estado, já que os parques têm potencial de atração de investimentos estimados em R\$44 bilhões de impacto no PIB, além de possibilitarem a geração de quase 1 milhão de empregos.

Com relação ao arranjo contratual das concessões, a coordenadora esclareceu que elas compreenderão apenas 3% a 5% das áreas dos parques, as quais serão destinadas ao turismo. Quanto ao aspecto gerencial, ela informou que permanecerão como atribuição do IEF a conservação ambiental, a aprovação das atividades turísticas e a fiscalização do desempenho e das regras. As empresas, por sua vez, deverão ofertar melhores serviços turísticos, promover reformas e manutenção em todas as estruturas, além de compartilhar as receitas com o Estado.

A representante da secretaria discorreu, ainda, sobre os critérios de seleção das unidades de conservação. Das 94, 20 foram eleitas para participar do

programa, cuja seletividade levou em consideração a análise econômico-financeira (atratividade, infraestrutura e número de visitantes registrados ao ano), o critério técnico (plano de manejo) e o critério jurídico (regularização fundiária). Dentre as unidades de conservação eleitas, três já contam com contratos de concessão assinados.

Na sequência, o deputado Coronel Sandro perguntou à coordenadora se a modelagem utilizada nos contratos de concessão do Parc já foi aplicada no Brasil. Em resposta, a coordenadora informou que outros países, como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália, já utilizam o modelo. No caso do Brasil, existem 16 unidades de conservação com contratos de concessão assinados, cujos resultados têm sido positivos. Por fim, o parlamentar questionou-a sobre a responsabilidade de custeio das ações de fiscalização. Cecília Vilhena esclareceu que o custo permanece com o Estado, mas que este recebe apoio das concessionárias para executar as ações de monitoramento ambiental.

12ª Reunião Extraordinária – 1º/6/2022

- Apresentação

Participaram da audiência pública os deputados Guilherme da Cunha e Bartô. Além deles, estiverem presentes, como convidados, Antônio Claret de Oliveira Júnior, diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae; Alexandre Freitas, deputado estadual do Rio de Janeiro; Fábio Almeida Abrahão, diretor de Concessões e Privatizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e Rogério Tavares de Paula, vice-presidente institucional da Aegea Saneamento.

- Relato

Inicialmente, o deputado Guilherme da Cunha anunciou que a reunião destinava-se a debater o processo de desestatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro – Cedae –, com a participação de pessoas ligadas ao referido estado e ao BNDES e de autoridades públicas mineiras.

Dada a palavra a Fábio Abrahão, diretor de Concessões e Privatizações do BNDES, este iniciou sua fala acerca da desestatização da Cedae no Estado do Rio de Janeiro, argumentando que lidar com saneamento não é uma tarefa simples, uma vez que os projetos envolvem a participação de vários atores e tomadores de decisão,

como a sociedade civil, instituições jurisdicionais, órgãos públicos, etc. Por essa razão, é de suma importância que haja diálogo na elaboração de projetos de concessão. No caso de Minas Gerais, o diretor considerou que a área de saneamento vem se consolidando, sobretudo porque o Estado tem potencial para avançar nessa agenda. Por fim, ele assinalou que, com a concessão da Cedae, há expectativa na geração de 45 mil empregos, número expressivo e que evidencia os impactos econômicos e sociais positivos desses processos de desestatização.

Em seguida, o deputado Guilherme da Cunha apresentou uma série de questionamentos ao diretor, para esclarecer se na estimativa foram considerados os empregos gerados pelas ações de despoluição; qual foi o tempo necessário para a modelagem da Cedae; o que faz o ambiente de negócios se tornar atrativo à iniciativa privada; e quais as alternativas para viabilizar a proposta de regionalização do saneamento. Em resposta ao primeiro questionamento, Fábio Abrahão esclareceu que a estimativa realizada considera apenas a execução da obra. Ao segundo questionamento, respondeu que, tão logo fora criada a Diretoria de Concessões e Privatizações no BNDES, a modelagem precisou de apenas 1 ano e meio para ser feita. Ao terceiro, ele atribuiu à aceitação do mercado o desenho da concessão, que carrega elementos regulatórios contratuais capazes de fornecer segurança jurídica aos investidores. Por fim, com relação à última questão, Fábio Abrahão defendeu a participação do Poder Legislativo, imprescindível para o êxito da regionalização.

A seguir, a palavra foi direcionada ao deputado Alexandre Freitas, do Rio de Janeiro. Segundo o parlamentar, houve resistência política e defesa pela manutenção do *status quo ante*, mesmo com dados que apresentavam a ineficiência da Cedae na condução das políticas de saneamento. Com relação ao processo de concessão da referida companhia, o deputado Alexandre Freitas pontuou que, embora tenha havido entraves ao longo do tempo, o leilão dos quatro blocos foi realizado e conseguiu um caixa de mais de R\$24 bilhões, valor que será repassado aos municípios. Quando perguntado sobre a judicialização da concessão e seu eventual prejuízo na precificação do leilão, ele explicou que não houve prejuízos e que, inclusive, a análise de investimento realizada pelo mercado superou aquela feita pelo estado, que demonstrava subprecificação do leilão.

Já no caso de Minas Gerais, Antônio Claret, diretor-geral da Arsae, citou que a Copanor, empresa subsidiária da Copasa, não tem capacidade econômico-financeira para cumprir as metas estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e

Saneamento Básico – ANA – e que, diante desse cenário, a melhor alternativa é a adesão dos municípios mineiros à privatização dos serviços realizados pela Copasa no Estado. Além disso, explicou que a Arsae é a responsável pela definição dos preços dos serviços e das tarifas da Copasa. Por outro lado, na regionalização por blocos existem duas possibilidades: ou o edital define a agência reguladora responsável pela regulação tarifária, ou o próprio edital define o valor da tarifa.

Por fim, Rogério Tavares de Paula, representante da Aegea Saneamento, uma das empresas vencedores da licitação referente à concessão da Cedae, detalhou os investimentos que serão desempenhados pela empresa, com especial atenção para a recuperação ambiental da Baía de Guanabara e da Bacia do Rio Guandu. Além disso, a execução das obras possibilitará a geração de emprego e renda para a população, sobretudo a local.

13ª Reunião Extraordinária – 8/6/2022

- Apresentação

Estiveram presentes o vice-presidente, Deputado Bruno Engler, e os deputados Guilherme da Cunha, Duarte Bechir, e Delegado Heli Grilo.

- Relato

Reunião para votação de requerimentos.

14ª Reunião Extraordinária – 8/6/2022

- Apresentação

Participaram da audiência pública o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e o deputado Guilherme da Cunha. Como convidado, esteve presente o secretário adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede, Fernando Passalio de Avelar.

- Relato

De início, o presidente da comissão anunciou que a finalidade da reunião é debater, com a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia, a atual situação das empresas estatais brasileiras no que tange à desestatização, com destaque para a análise comparativa do universo das empresas privatizadas e os efeitos decorrentes da privatização, bem como as organizações que não foram objeto de privatização.

Diante da ausência dos representantes do governo federal, o deputado Coronel Sandro assinalou que a audiência seria remarçada. Por outro lado, de modo que fosse representada também a visão do governo estadual sobre o tema, a palavra foi direcionada ao secretário adjunto da Sede, Guilherme Augusto Duarte de Faria, que registrou suas observações sobre a desestatização no Estado. Para ele, há diversos impactos positivos tanto no mercado quanto no Estado, na medida em que a privatização promove, por um lado, o aumento da produtividade, o fortalecimento do mercado e a atração de investimentos; e, por outro, resulta diretamente na desoneração do cidadão, na melhora da alocação de recursos e na redução da dívida pública.

Nesse contexto, o secretário adjunto apresentou análises comparativas de desempenho entre empresas estatais e privadas. No caso da Cemig, segundo ele, a companhia não presta os serviços como deveria, pois apresenta indicadores inferiores em relação à Energisa, empresa privada que também atua em Minas Gerais. Quanto à Gasmig, afirmou que não há eficácia em sua cobertura, tendo em vista que sua atuação está limitada a apenas 5% dos municípios mineiros. Já no caso do saneamento básico, considerando que 91% das empresas que atuam no setor são públicas, a atuação não tem logrado resultados eficazes: 33 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada, e outros 94 milhões não contam com tratamento de esgoto.

Feitas essas considerações, Guilherme ressaltou a capacidade de as privatizações produzirem benefícios para a economia e para a sociedade. Explicitou, dessa forma, a transformação do setor de telecomunicações, que passou pelo processo de desestatização. De acordo com o secretário adjunto, paralelamente à redução de preços e à expansão do número de empregos, houve uma significativa ampliação na oferta de serviços, que alcançou 95% da população mineira em 2018, contrastando com o percentual de 22% em 1995.

15ª Reunião Extraordinária – 10/6/2022

- Apresentação

Participaram da reunião o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e o vice-presidente, deputado Bruno Engler, além dos deputados Bartô e Delegado Heli Grilo. Além dos parlamentares, estiveram presentes, como convidados, Marcos Pollon, presidente do Movimento Proarmas; Nikolas Ferreira, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sérgio Bitencourt, presidente da Confederação Brasileira de Tiro Defensivo e Caça – IDSC Brasil – e da Associação dos Oficiais da Reserva do Exército; o Coronel Ildeu Heller, vice-presidente da Confederação Brasileira de Tiro Prático; Danton Dorati, coordenador estadual do Movimento Proarmas; e Maurício Luiz de Souza, pré-candidato a deputado federal.

- Relato

Inicialmente, a presidência da comissão anunciou que a reunião destinava-se a debater a participação da iniciativa privada e do Estado brasileiro na indústria bélica e os processos de desestatização, participação no capital, fomento, compras públicas e regulação do setor.

Em suas considerações iniciais, o deputado Coronel Sandro argumentou que é necessário que seja desmistificada a associação da violência ao porte ou posse de arma de fogo, tendo em vista que não há relação entre o número de registros de caçadores, atiradores e colecionadores – CACs – e a ocorrência de crimes com arma de fogo. Segundo ele, para a obtenção desse direito, os requerentes são submetidos a critérios extremamente rigorosos. Desse modo, conforme entendimento do parlamentar, a arma de fogo é uma aliada à segurança pública e não incentiva, de forma alguma, a violência.

Dada a palavra a Danton Dorati, coordenador estadual do Movimento Proarmas em Minas Gerais, este ressaltou a necessidade de a prática dos CACs ser considerada como atividade de risco, de modo que eles também possam andar com as armas muniçadas e, conseqüentemente, exercerem o direito de defesa. Além disso, de acordo com Danton, interpretações de normas infralegais vêm causando transtornos, como a condução de CACs para delegacias de polícia, ainda que tenham a habilitação necessária.

Outra questão igualmente relevante apontada pelos participantes da audiência é o papel da informação. O vereador Nikolas Ferreira e o Coronel Ildeu Heller endossaram o ponto de vista da categoria quanto à união e ao foco, no que se refere à democratização da informação sobre o Movimento Pró-Armas. De acordo com eles, uma das maneiras de superar a insegurança jurídica mencionada é a prestação de informações claras e precisas à sociedade civil, de modo que seja desconstruída a falsa propaganda atribuída às armas de fogo.

Por fim, houve a reivindicação do grupo em prol da democratização do direito de acesso às armas de fogo. Conforme explanação de Marcos Pollon, presidente do Movimento Proarmas, os principais obstáculos que o País enfrenta são relativos à tributação e à burocracia. Com relação à tributação, ele informou que a carga é de 45% de IPI e, em alguns estados, de mais de 40% de ICMS. Nessa linha, o deputado Coronel Sandro pontuou que tramitam na Casa projetos de lei que têm o objetivo de reduzir, nas aquisições de armas de fogo, a cobrança do ICMS ou até mesmo de lhes conceder isenção.

16ª Reunião Extraordinária – 28/6/2022

- Apresentação

Estiveram presentes o presidente da Comissão, deputado Coronel Sandro, e os deputados Guilherme da Cunha e Duarte Bechir.

- Relato

Reunião para votação de requerimentos.

17ª Reunião Extraordinária – 4/8/2022

- Apresentação

Compareceram à audiência pública o presidente da comissão, deputado Coronel Sandro, e os seguintes convidados: Luíza Cristina Milagres Pereira, consultora jurídica da temática de regularização fundiária da Fundação Israel Pinheiro; Glécia dos Santos Schiffner e Alessandra Ribeiro Soffiett, representantes da comunidade de Teófilo Otôni; Weverton Vilas Boas de Castro, diretor-presidente da Minas Gerais Participações S.A.; Frederico Amaral e Silva, subsecretário de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede; e Filipe Figueiredo Martins Costa, advogado.

- Relato

Inicialmente, o deputado Coronel Sandro anunciou que a reunião destinava-se a debater a política de gestão habitacional da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais na Região de Teófilo Otôni, bem como suas repercussões e seus impactos para a comunidade local.

Em seguida, foi dada a palavra a Weverton Vilas Boas de Castro, diretor-presidente da Minas Gerais Participações S.A., que esclareceu que a empresa estatal está sob controle do Estado e participa do processo em discussão desde a década de 1980, uma vez que presta serviços referentes à comercialização dos imóveis que são alocados pelo governo estadual. Assim, informou que existem causas judiciais relativas aos imóveis tratados na audiência pública.

Frederico Amaral e Silva, subsecretário de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas, pontuou que a pasta não guarda relação temática com o caso específico de Teófilo Otôni. Todavia, colocou-se à disposição para tratativas relativas à regularização fundiária, medida que foi apoiada por Luíza Cristina, consultora jurídica da temática de regularização fundiária da Fundação Israel Pinheiro.

Representando a comunidade de Teófilo Otôni, Glécia dos Santos Schiffner demonstrou preocupação com o andamento dos ajustes e argumentou que não houve apoio da prefeitura municipal para avançar nas tratativas com os moradores. O advogado Filipe Figueiredo Martins Costa detalhou as questões processuais, informando que existe uma ação reivindicatória do terreno desde 1989, cujos efeitos começaram a desaguar nos últimos anos, acarretando prejuízos aos moradores. A princípio, o terreno de 9.000m², situado nas margens da BR-418, foi repassado para a extinta Minas Caixa, através de dação em pagamento, em 1982. Alegando que sua família tinha posse dessa área desde 1963, o Sr. Luiz Eugênio Luz

teria vendido vários lotes do terreno, que só foi incorporado ao patrimônio da referida empresa em 1989. Ele acrescentou que a empresa Minas Caixa foi dissolvida em 2001, e, em 2010, o Estado leiloou o terreno, ainda que a área estivesse ocupada – os moradores já tinham acesso regular a energia, água e esgoto e pagavam regularmente o IPTU. Soma-se ao caso a arrematação no leilão pelo Sr. Idalmo Sales, que ajuizou uma ação para obter a posse do terreno. No entanto, apenas o Sr. Luiz Eugênio Luz é réu nesse processo, e os moradores que haviam adquirido os lotes, inclusive com contrato de compra e venda, não foram sequer citados e informados da demanda judicial. Para o advogado, há violação ao direito de ampla defesa e contraditório, já que os moradores não tinham conhecimento da existência do processo judicial. Indagado pelo deputado Coronel Sandro acerca de alternativas jurídicas para superar esses problemas, o advogado informou que a ação já transitou em julgado, o que impossibilita a anulação do processo. Por outro lado, os moradores podem ajuizar ações individuais de usucapião. De acordo com ele, estão suspensas até 31/10/2022 as desocupações judiciais de imóveis, em decorrência da pandemia de Covid-19, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, os moradores da comunidade expuseram suas insatisfações e preocupações com o andamento da questão habitacional.

5. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES

A temática da desestatização, conforme visto neste relatório, é atualmente ligada, mais que a uma ideologia específica, à eficiência da produção de bens e da prestação de serviços para os cidadãos. Assim é que, a exemplo o próprio Brasil, mesmo administrações federais posicionadas à esquerda do espectro ideológico se utilizaram da desestatização de ativos públicos. Trata-se de movimento que encontra apoio, ainda, em experiências internacionais. As desestatizações promovidas no Brasil, além de terem propiciado a universalização de acesso a serviços públicos essenciais e gerado uma aceleração dos investimentos produtivos e da atividade econômica, acabaram também legando um crescimento no volume de postos de trabalho, algo que contraria um dos principais motes de seus críticos.

No histórico brasileiro, cumpre destacar a transformação do setor de telecomunicações, desestatizado nos anos 1990. De acordo com dados expostos durante os trabalhos da comissão, paralelamente à redução de preços e à expansão do número de empregos, houve uma significativa ampliação na oferta de serviços, que

alcançou 95% da população mineira em 2018, contrastando com o percentual de 22% em 1995. Em setores que dependem de maciços investimentos de capital, a iniciativa privada, e não o Estado, consegue suprir com eficiência as necessidades da população, universalizando serviços e permitindo que o ente estatal permaneça como agente regulamentador e fiscalizador, a bem da livre concorrência, da proteção do consumidor e do interesse público.

De fato, o sucesso não se restringe apenas à experiência passada das privatizações, mas alcança também os processos recentes de desestatização. Vale mencionar que a desestatização da Cedae, no Rio de Janeiro, tem a expectativa de produzir cerca de 45 mil novas vagas de trabalho, além de já ter feito entregas expressivas no âmbito ambiental, com a despoluição da Baía de Guanabara e do Rio Guandu, o que demonstra sua importância na dinamização e na ampliação da vida econômica no Estado. Tudo isso só foi possível mediante a captação e o emprego de recursos privados, que puderam efetivar os investimentos que o Estado, por décadas, não foi capaz de entregar. Existindo recursos disponíveis para a consecução das atividades-fim e para a melhoria da vida da população, não há razão de ordem ideológica para deixá-los à margem do processo.

Em Minas Gerais, a questão principal neste momento é a universalização da prestação de serviços essenciais, notadamente a provisão de energia elétrica e saneamento básico. As discussões realizadas ao longo das atividades desta comissão evidenciaram não somente a urgência de se universalizar o acesso a esses serviços, como também as limitações, principalmente de natureza fiscal e financeira, do setor público e de suas empresas em investirem o montante necessário para alcançar tal finalidade. É ilustrativa a comparação entre os serviços oferecidos pela Energisa (empresa de capital privado) e pela Cemig (estatal), que permite afirmar que os consumidores são atendidos com mais agilidade, presteza e economicidade pela primeira, e não pela segunda. Não se trata, no caso, de fazer com que o contribuinte arque com as elevadas despesas de expansão dos serviços da Cemig, mas de imaginar como os serviços poderiam ser mais bem prestados, a preços mais módicos, por intermédio dos agentes privados.

Dessa forma, o processo de desestatização da prestação desses serviços, mediante privatização da Cemig e da Copasa, não é estratégia arrecadatória, e sim elemento essencial para a universalização da prestação de serviços públicos, com benefícios de ordem social da mais elevada monta. Por isso, recomendamos,

Quanto a iniciativas legislativas (emendas à Constituição do Estado e projetos de lei):

- Apresentação de proposta de emenda à Constituição que retire a necessidade de realização de referendo popular para a desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico;
- Encaminhamento, por parte do governador do Estado, de projeto de lei que autorize a desestatização da Copasa, da Cemig e da Gasmig;
- O encaminhamento, por parte do governador do Estado, de projeto de lei que permita a abertura do mercado de fornecimento de gás natural no Estado, o que permitiria a expansão do atendimento ao consumidor, o barateamento dos preços e a melhoria da matriz energética em Minas Gerais.

Quanto ao andamento de medidas legislativas em tramitação nesta Assembleia Legislativa:

- Inclusão, na pauta, com máxima brevidade, do Projeto de Lei 1.203/2019, que autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig;
- Inclusão, na pauta, com máxima brevidade, do Projeto de Lei 2.274/2020, que altera a Lei nº 18.309, de 3 de agosto de 2009, que estabelece normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cria a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e dá outras providências;
- Inclusão, na pauta, com máxima brevidade, do Projeto de Lei 2.884/2021, que institui as Unidades Regionais de Saneamento Básico do Estado e dá outras providências.

Quanto a medidas de fiscalização e de acompanhamento de políticas públicas:

- Acompanhamento do desempenho das escolas participantes do Projeto Somar, de modo a sugerir aperfeiçoamentos ou, em caso de resultados positivos, sua expansão a mais estabelecimentos de ensino no âmbito do Estado;
- Acompanhamento, por este Parlamento, das atividades das concessionárias dos Aeroportos da Pampulha, de Uberlândia, de Uberaba e de Montes Claros, com vistas a fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- Expedição de ofícios ao Ministério Público do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado e à Polícia Civil, para que informem a esta Assembleia acerca das investigações pendentes no caso Oxis Energy, em especial quanto a seu andamento, os investigados e a previsão de conclusão das apurações;
- Instauração, na próxima legislatura, de comissão parlamentar de inquérito voltada à apuração dos fatos lesivos ao erário ocorridos no processo aquisitivo, pelo Estado de Minas Gerais, de participação na Oxis Energy.

Quanto à realização das desestatizações pelo Estado:

- Contratação de auditoria, nos termos das regulações da Comissão de Valores Mobiliários, para a apreciação (*valuation*) dos ativos da Copasa, da Cemig e da Gasmig, com vistas à sua desestatização;
- Alienação, em condições competitivas, das participações do Estado em empresas privadas;
- Estabelecimento de alternativas ao atual regime de construção e entrega de habitações populares, hoje efetuado pela Cohab, substituindo-o por regime de dotações diretas ao beneficiário para a aquisição de imóveis, diretamente pela população de baixa renda.

6. ANEXO I – RELATÓRIO DE VISITA

Finalidade: Obter informações sobre a atuação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e o seu processo de privatização.

Local visitado: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Rua Manaus, nº 467, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.497/2021, dos deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha, a Comissão Extraordinária das Privatizações visitou, no dia 25/8/2021, a Codemig, em sua sede administrativa.

Os deputados Coronel Sandro e Bartô estiveram presentes.

Relato

O objetivo da visita foi acumular conhecimentos sobre a atuação da Codemig e sobre o seu eventual processo de privatização. A dinâmica do evento consistiu em uma apresentação feita aos parlamentares pelo atual diretor-presidente da companhia, Thiago Coelho Toscano, sobre o que são a Codemig e a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge –, quais são os seus respectivos negócios, políticas de investimentos, situações financeiras, governanças, articulações com as políticas públicas em execução e perspectivas quanto ao processo global de desestatização pretendido pelo Poder Executivo Estadual.

O gestor delineou o panorama do negócio da Codemig, concentrado na exploração e no beneficiamento do nióbio, informando que se trata de uma atividade econômica altamente rentável, com um lucro líquido registrado de R\$1,3 bilhão no exercício de 2020. Em contrapartida, informou que parte desse montante foi destinado à cobertura do prejuízo anual, no mesmo período, registrado pela sua acionista majoritária, a Codemge, equivalente a R\$200 milhões.

Ao explicar sobre o panorama da atividade de comercialização do nióbio, o gestor demonstrou, em linhas gerais, o complexo processo produtivo –

composto por mais de uma centena de etapas – pelo qual passa o mineral, desde sua extração até seu embarque para comercialização. Em sua explicação, esclareceu que a Codemig e sua sócia ostensiva privada, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM – detêm o quase-monopólio do mercado mundial do produto, o que lhes confere gigantesca vantagem comparativa na formação de preços da *commodity*, em escala global. Justificou tal vantagem com o fato de que as reservas minerárias, cujo direito de exploração pertence ao Estado de Minas Gerais, representam mais de 95% do total de reservas de nióbio existentes no Planeta; e com o fato de a CBMM deter exclusividade no uso de seu processo produtivo, por direito de propriedade industrial.

No decorrer de sua fala, Thiago Toscano esclareceu a intenção de se desestatizar a Codemig, parcial ou integralmente. Para tanto, informou que há um estudo de modelagem econômica de alienação dos seus ativos em elaboração, com perspectiva de finalização até o primeiro trimestre de 2022. Mediante inferências prévias realizadas, estima-se que o valor de venda dos direitos minerários do nióbio situa-se entre R\$20 bilhões e R\$30 bilhões.

Subsidiariamente, esclareceu que há, em andamento, um processo de desinvestimento da Codemig em outras áreas nas quais a companhia atua, sobretudo com participação acionária, como, por exemplo, em atividades econômicas nos setores aeroespacial e de indústria aditiva (negócios de impressão em 3D), de biotecnologia e ciências da vida, de internet das coisas – IoT – e de economia criativa.

No decorrer da reunião, o deputado Coronel Sandro recebeu convite do diretor-presidente da Codemig para uma visita técnica à planta industrial da companhia, situada no Município de Araxá, para conhecer *in loco* os temas relativos ao processo produtivo do nióbio.

Conclusão

A visita atendeu aos princípios de conveniência e oportunidade, propiciando o crescimento da curva de aprendizado da Comissão Extraordinária das

Privatizações acerca dos temas relativos à cadeia produtiva do nióbio e sobre seu eventual processo de desestatização, com repercussão direta sobre a formação decisória do Parlamento Mineiro, em termos legislativos. Cabe a esta comissão continuar acompanhando o tema, tendo em vista sua estrita competência regimental.

7. ANEXO II – REQUERIMENTOS DA COMISSÃO

RQC nº 13.036/2022 – Requer sejam encaminhadas à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão que teve por finalidade debater a política de gestão habitacional da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais na Região de Teófilo Otoni e suas repercussões e seus impactos para a comunidade local, para conhecimento. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.035/2022 – Requer sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão que teve por finalidade debater a política de gestão habitacional da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais na Região de Teófilo Otoni e suas repercussões e seus impactos para a comunidade local, para conhecimento. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.034/2022 – Requer sejam encaminhadas à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão que teve por finalidade debater a política de gestão habitacional da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais na Região de Teófilo Otoni e suas repercussões e seus impactos para a comunidade local, para conhecimento. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.033/2022 – Requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão que teve por finalidade debater a política de gestão habitacional da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais na Região de Teófilo Otoni e suas repercussões e seus impactos para a comunidade local, para conhecimento. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.032/2022 – Requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para busca de soluções para a situação da comunidade Serra Verde, no município de Teófilo Otoni, frente a ameaça do direito à moradia dos atuais moradores de boa fé de imóvel alienado pela empresa MGI

Participações. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.031/2022 – Requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para busca de soluções para a situação da comunidade Serra Verde, no município de Teófilo Otoni, frente a ameaça do direito à moradia dos atuais moradores de boa fé de imóvel alienado pela empresa MGI Participações. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.030/2022 – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para busca de soluções para a situação da comunidade Serra Verde, no município de Teófilo Otoni, frente a ameaça do direito à moradia dos atuais moradores de boa fé de imóvel alienado pela empresa MGI Participações. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.029/2022 – Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a manutenção da ordem pública na comunidade Serra Verde, no município de Teófilo Otoni, frente a assédio e intimidação aos moradores por parte de particulares estranhos à comunidade. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 13.028/2022 – Requer seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de providências para promova a delimitação, avaliação e desapropriação da área outrora de propriedade da empresa MGI Participações, bem como áreas limítrofes, no município de Teófilo Otoni, incluindo a comunidade conhecida como Serra Verde, com vistas à defesa do direito à moradia dos atuais moradores da localidade e ao desenvolvimento de programas de moradia popular e regularização fundiária. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: posterior à aprovação deste relatório.

RQC nº 12.749/2022 – Requer seja realizada audiência pública para dar continuidade ao debate realizado no dia 10/6/2022 sobre a participação da iniciativa privada e do

Estado brasileiro na indústria bélica. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 5/8/2022.

RQC nº 12.746/2022 – Requer seja realizada audiência pública para debater o cronograma de investimentos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e as condições e prazo de atendimento a contratos e pedidos de ligação às redes de distribuição por parte empreendimentos de minigeração solar distribuída, bem como soluções para atrasos nessas ligações. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 5/8/2022.

RQC nº 12.740/2022 – Requer seja realizada audiência pública para debater a política de gestão habitacional da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais na região de Teófilo Otôni e suas repercussões e seus impactos para a comunidade local. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 5/8/2022.

RQC nº 12.573/2022 – Requer seja realizada audiência pública para debater a participação da iniciativa privada e do Estado brasileiro na indústria bélica e os processos de desestatização, participação no capital, fomento, compras públicas e regulação do setor. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 9/6/2022.

RQC nº 12.572/2022 – Requer seja realizada visita ao Minascentro, no Município de Belo Horizonte, para tomar conhecimento do processo de recuperação, reforma e modernização desse centro de convenções, após a sua concessão para a iniciativa privada. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 9/6/2022.

RQC nº 12.267/2022 – Requer seja realizada visita à Escola Francisco Menezes Filho, no Município de Belo Horizonte, para acompanhar a imantação do Projeto Somar, iniciativa que estimula a gestão compartilhada de escolas de ensino médio da rede pública estadual de ensino. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 18/5/2022.

RQC nº 12.266/2022 – Requer seja realizada visita à Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco, no Município de Sabará, para acompanhar a imantação do Projeto Somar, iniciativa que estimula a gestão compartilhada de escolas de ensino médio da

rede pública estadual de ensino. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 18/5/2022.

RQC nº 12.265/2022 – Requer seja realizada visita à Escola Estadual Maria Andrade Resende, no Município de Belo Horizonte, para acompanhar a imantação do Projeto Somar, iniciativa que estimula a gestão compartilhada de escolas de ensino médio da rede pública estadual de ensino. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 18/5/2022.

RQC nº 12.264/2022 – Requer seja realizada audiência pública para debater o Programa de Concessão de Parques Estaduais – Parc. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 18/5/2022.

RQC nº 11.959/2022 – Requer seja realizada audiência pública para debater o processo de concessão do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro - Tergip - e dos Terminais Metropolitanos e Estações de Transferência – Move – da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 19/4/2022.

RQC nº 11.958/2022 – Requer seja realizada audiência pública para debater com a economista e consultora Elena Landau o processo de privatizações ocorrido na década de 1990 e suas lições para o presente. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 19/4/2022.

RQC nº 11.616/2022 – Requer seja realizada audiência pública para debater o processo de concessão do sistema rodoviário da BR-381/262/MG/ES. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 11/3/2022.

RQC nº 11.614/2022 – Requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Infraestrutura para obter esclarecimentos sobre o Programa de Concessões Rodoviárias, bem como sugerir medidas para a redução da desigualdade regional de infraestrutura rodoviária no Estado. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 11/3/2022.

RQC nº 11.613/2022 – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a presença específica de cláusulas contratuais disciplinando a responsabilidade civil do concessionário nas hipóteses de danos aos usuários das vias nos contratos anexos aos editais do atual Programa de Concessões Rodoviárias. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 11/3/2022.

RQC nº 11.612/2022 – Requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos que levaram à venda da participação dessa empresa na Renova Energia S.A. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 11/3/2022.

RQC nº 11.611/2022 – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo - Segov - pedido de providências para que comunique à comissão a efetivação de atos de aquisição ou alienação de participação do Estado ou de suas empresas em capital de empresas privadas, tão logo sejam efetivados. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 11/3/2022.

RQC nº 10.503/2021 – Requerem sejam encaminhadas ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, para conhecimento, as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o atual estado do fornecimento de energia elétrica em Minas Gerais, a adequação da oferta, as perspectivas de ampliação da geração e os diferentes modelos de fornecimento de energia elétrica disponíveis no Brasil e no exterior. Autoria: Coronel Sandro, Elismar Prado, Guilherme da Cunha. Data de publicação: 15/10/2021.

RQC nº 10.502/2021 – Requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre as usinas fotovoltaicas em Minas Gerais cuja ligação ao sistema de transmissão ou distribuição estejam pendentes ou cuja possibilidade de geração esteja limitada por restrições de capacidade de transformação de voltagem, especificando-se as localidades dos pedidos pendentes e a data inicial de solicitação de ligação. Autoria: Coronel Sandro, Elismar Prado, Guilherme da Cunha. Data de publicação: 15/10/2021.

RQC nº 10.501/2021 – Requerem seja realizada visita às instalações de mineração e processamento de nióbio, no Município de Araxá, para conhecer o processo produtivo desse mineral, realizado em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. Autoria: Coronel Sandro, Elismar Prado, Guilherme da Cunha. Data de publicação: 15/10/2021.

RQC nº 10.372/2021 – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o número de empresas estatais, de subsidiárias de estatais e de empresas com participação do Estado que tenham registrado prejuízo no exercício de 2020. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 8/10/2021.

RQC nº 10.371/2021 – Requer seja realizada visita à Coságua, no Município de Paraguaçu, para conhecer os serviços de água e esgoto prestados pela empresa naquela localidade, considerando-se a natureza privada dessa concessionária de serviços públicos. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 8/10/2021.

RQC nº 10.370/2021 – Requer seja realizada visita à empresa Águas de Pará de Minas, nesse município, para conhecer os serviços de água e esgoto prestados à localidade, considerando-se a natureza privada da citada concessionária. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 8/10/2021.

RQC nº 10.369/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater o processo de desestatização das economias brasileira e mineira e o papel do setor privado nesse processo, bem como sua importância e contribuição para o desenvolvimento do Estado; e sejam convidados para a citada audiência a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg, a Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas –, e a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FCDLMG. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 8/10/2021.

RQC nº 10.368/2021 – Requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as participações acionárias e societárias da companhia, que contenham, no mínimo, o nome das

empresas em que a Cemig detenha participações; seu setor de atuação; o ano em que a Cemig realizou aportes, investimento ou aumento de capital; o percentual de sua participação acionária; o valor total investido; a situação das empresas investidas – se operacional ou não; e os resultados financeiros dos últimos dois exercícios das empresas em que detenha participação. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 8/10/2021.

RQC nº 10.366/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater o processo de privatizações em nível federal na atual gestão, e seja convidada a deputada federal Carla Zambelli para a citada audiência. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 8/10/2021.

RQC nº 10.221/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual e as perspectivas da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas –, bem como o processo para sua possível desestatização. Autoria: Carlos Pimenta. Data de publicação: 8/10/2021.

RQC nº 10.220/2021 – Requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre as participações acionárias e societárias da companhia, apresentando-se, no mínimo, o nome das empresas em que a Codemge detenha participações; o setor de atuação; o ano em que a Codemge, ou suas antecessoras, realizaram aportes, investimento ou aumento de capital; o percentual de participação acionária; o valor total investido; a situação da empresa – se operacional ou não; e os resultados financeiros dos últimos dois exercícios dessas empresas. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 30/9/2021.

RQC nº 10.219/2021 – Requer seja enviado expediente ao Ministério Público de Contas dando ciência do conteúdo do Projeto de Lei nº 1.203/2019, em tramitação nesta Casa, que visa autorizar a privatização e outras formas de desestatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 30/9/2021.

RQC nº 10.218/2021 – Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Contas pedido de informações consubstanciadas em cópias de documentos e outros elementos comprobatórios que eventualmente configurem extinção, privatização ou desestatização em sentido estrito, tentada ou consumada, concernente à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – ou à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 30/9/2021.

RQC nº 10.217/2021 – Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Contas pedido de informações consubstanciadas em cópias de processos relacionados com a atuação desse órgão no que diz respeito à venda, alienação ou securitização, tentadas ou consumadas, de ativos da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 30/9/2021.

RQC nº 10.216/2021 – Requer seja realizada audiência pública, com a presença do diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge –, para debater as atuais condições da empresa Oxis Brasil, sua situação financeira e as repercussões dessa situação para o patrimônio público. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de Publicação: 30/9/2021.

RQC nº 10.215/2021 – Requer seja realizada audiência pública, com a presença do diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, para debater as atuais condições da empresa Unitec Semicondutores, sua situação financeira e as repercussões dessa situação para o patrimônio público. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 30/9/2021.

RQC nº 10.214/2021 – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a existência de participação acionária do governo do Estado, diretamente ou por meio de estatais, nas empresas Algar Telecom, Gerdau, Oi, Telebras, Telefonica e Tim e, em caso afirmativo, o valor dessa participação, o ano em que foi realizada, bem como sua motivação. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 30/9/2021.

RQC nº 10.213/2021 – Requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de informações sobre as participações acionárias e societárias da entidade, apresentando-se, no mínimo, o nome das empresas em que detenha participações; o setor de atuação; o ano em que o BDMG realizou aportes, investimento ou aumento de capital; o percentual de sua participação acionária; o valor total investido; a situação da empresa – se operacional ou não; e os resultados financeiros dos últimos dois exercícios das empresas em que detenha participação. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 30/9/2021.

RQC nº 9.849/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater com representantes de municípios mineiros onde o saneamento básico foi concedido sobre os atributos dessa modalidade de prestação de serviços e suas vantagens. Autoria: Guilherme da Cunha. Data de publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.840/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater a Lei Federal nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras –, suas repercussões e as possibilidades de atração de investimentos para o setor elétrico no Estado. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.839/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 591/2021, que modifica o marco regulatório do sistema postal e autoriza sua desestatização. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de Publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.838/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater com as Sras. Maria Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas, as atribuições desta Casa relativamente ao processo de desestatização estadual, bem como as recomendações, feitas por esse órgão e pelo Ministério Público Federal, relativas à desestatização da Codemge e da Codemig. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de Publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.837/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater o processo de desestatização de aeroportos atualmente administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – e suas repercussões para o Estado. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de Publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.835/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater o processo de desestatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro, com a participação de pessoas ligadas ao referido estado e ao BNDES e de autoridades públicas mineiras. Autoria: Guilherme da Cunha. Data de publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.834/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater com prefeitos de municípios do interior do Estado a existência de problemas de infraestrutura rodoviária, em especial quanto à segurança dos acessos municipais. Autoria: Guilherme da Cunha. Data de publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.833/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater com a população mineira, especialmente com a parcela da população que ainda não dispõe de serviços de saneamento básico residencial, as estratégias para a universalização do acesso a esse serviço. Autoria: Guilherme da Cunha. Data de publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.832/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater com lideranças do setor de produção de gás natural e de atividades econômicas de alto consumo de gás natural o atual estado do fornecimento de gás natural em Minas Gerais, a adequação da oferta e as perspectivas de ampliação do fornecimento e os diferentes modelos de fornecimento de gás natural oferecidos no Brasil e no exterior. Autoria: Guilherme da Cunha. Data de publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.831/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater com lideranças do setor de produção de energia elétrica e de atividades econômicas de alto consumo de energia elétrica o atual estado do fornecimento de energia elétrica em Minas Gerais, a adequação da oferta e as perspectivas de ampliação da geração e os diferentes modelos de fornecimento de energia elétrica oferecidos no Brasil e no exterior. Autoria: Guilherme da Cunha. Data de publicação: 20/8/2021.

RQC nº 9.602/2021 – Requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo o resultado financeiro, a evolução do endividamento, o número de funcionários e aportes de recursos recebidos do governo nos últimos cinco exercícios, finalizados em 2020. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.596/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater, com a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia, a atual situação das empresas estatais brasileiras no que tange à desestatização, com destaque para a análise comparativa do universo das empresas privatizadas e os efeitos decorrentes da privatização, bem como as organizações que não foram objetos de privatização. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.594/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater, com a empresa Enel, a sua atuação no Brasil, especialmente nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e São Paulo, com ênfase para os processos de privatizações ocorridos, assim como para o balanço econômico-financeiro e da qualidade e alcance da prestação dos serviços no período de sua gestão, tendo por base o cenário anterior, de gestão estatal. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC 9.593/2021 – Requerem seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidadas a Gasmig, a Fiemg e empresas consumidoras de gás natural, para debater o atual diagnóstico das operações da Gasmig no Estado, incluindo cronograma de investimentos. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.592/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater e analisar, junto à Copasa, à Arsae e ao Instituto Trata Brasil, o atual diagnóstico do saneamento básico no Estado e sua necessidade de expansão e de investimentos.

Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.591/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater, com representantes do Estado do Rio de Janeiro, o modelo de concessão adotado para a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – Cedae – e os resultados do leilão realizado naquele estado, com destaque para a perspectiva de investimentos e seu cronograma. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.590/2021 – Requerem seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e representantes do setor produtivo, para debater as concessões rodoviárias no Estado e seu planejamento para o futuro. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.589/2021 – Requerem seja realizada visita ao Ministério da Economia para discutir o Regime de Recuperação Fiscal do Estado. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.588/2021 – Requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo resultado financeiro, evolução do endividamento, número de funcionários, valor de mercado, aportes de recursos recebidos do governo estadual, bem como população atendida no Estado pela empresa e pedidos de ligações pendentes nos últimos cinco anos. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.587/2021 – Requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo o resultado financeiro, a evolução do endividamento, o número de funcionários, o valor de mercado, eventuais aportes de recursos recebidos do governo estadual, bem como a população atendida no Estado pela empresa, além de

pedidos de ligações pendentes, nos últimos cinco anos. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.586/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater e analisar, junto à Cemig, à Fiemg e a empresas privadas e prestadoras de serviços no setor elétrico, o diagnóstico das operações da Cemig no Estado, incluindo cronograma de investimentos. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.585/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos, para o fluxo financeiro do Estado, do aporte de recursos oriundos de possível venda da Codemig. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.505/2021 – Requer seja realizada audiência pública para debater suposto processo de privatização do ensino médio no Estado. Autoria: deputado Coronel Sandro. Data de publicação: 6/8/2021.

RQC nº 9.500/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater, com o Sr. Fernando Passalio, o planejamento, as perspectivas e os desafios do processo de privatizações em Minas Gerais, bem como seus reflexos econômicos e financeiros sobre o Estado. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 17/7/2021.

RQC nº 9.499/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater, com o Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, ministro da Economia, as perspectivas do processo de privatização no País, suas possibilidades e desafios, bem como seus reflexos em Minas Gerais. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 17/7/2021.

RQC nº 9.498/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater, com o professor Sérgio Lazzarini, a experiência brasileira e as perspectivas do processo de privatização no País. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 17/7/2021.

RQC nº 9.496/2021 – Requerem seja realizada audiência pública para debater, com o Sr. José Salim Mattar Júnior, o processo de privatização no Brasil, suas potencialidades e desafios. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 17/7/2021.

RQC nº 9.495/2021 – Requerem seja realizada visita à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, com a finalidade de discutir a atuação desse órgão no processo de privatização, bem como o histórico desse processo no País. Autoria: deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha. Data de publicação: 17/7/2021.